

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	9
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	12
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	14
1.5 Principais clientes	23
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	24
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	29
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	30
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	31
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	34
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	35
1.13 Acordos de acionistas	36
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	37
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	38
1.16 Outras informações relevantes	39
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	40
2.2 Resultados operacional e financeiro	44
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	47
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	48
2.5 Medições não contábeis	49
2.6 Eventos subsequentes as DFs	51
2.7 Destinação de resultados	53
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	55
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	56
2.10 Planos de negócios	57
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	59
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	60
3.2 Acompanhamento das projeções	61
4. Fatores de risco	

Índice

4.1 Descrição dos fatores de risco	62
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	79
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	80
4.4 Processos não sigilosos relevantes	84
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	85
4.6 Processos sigilosos relevantes	86
4.7 Outras contingências relevantes	87
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	88
5.2 Descrição dos controles internos	96
5.3 Programa de integridade	99
5.4 Alterações significativas	104
5.5 Outras informações relevantes	105
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	106
6.3 Distribuição de capital	111
6.4 Participação em sociedades	112
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	113
6.6 Outras informações relevantes	114
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	115
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	118
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	119
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	120
7.4 Composição dos comitês	129
7.5 Relações familiares	130
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	136
7.7 Acordos/seguros de administradores	137
7.8 Outras informações relevantes	138
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	139
8.2 Remuneração total por órgão	144

Índice

8.3 Remuneração variável	148
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	149
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	152
8.6 Outorga de opções de compra de ações	153
8.7 Opções em aberto	156
8.8 Opções exercidas e ações entregues	157
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	158
8.10 Outorga de ações	159
8.11 Ações entregues	161
8.12 Precificação das ações/opções	162
8.13 Participações detidas por órgão	163
8.14 Planos de previdência	164
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	165
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	167
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	168
8.18 Remuneração - Outras funções	169
8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)	170
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	171
8.20 Outras informações relevantes	173
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	174
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	176
9.4 Outras informações relevantes	177
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	178
10.1 Descrição dos recursos humanos	180
10.2 Alterações relevantes	181
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	182
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	184
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	185
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	186

Índice

11.2 Transações com partes relacionadas	187
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	196
11.3 Outras informações relevantes	198
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	199
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	200
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	201
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	202
12.5 Mercados de negociação no Brasil	203
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	204
12.7 Títulos emitidos no exterior	205
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	206
12.9 Outras informações relevantes	207
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	208
13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores	209
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	210

1.1 Histórico do emissor

1. Atividades do emissor

1.1. Descrever sumariamente o histórico do emissor

A história da família Grazziotin remonta ao século XVII, na cidade de Veneza, na Itália, onde seus membros atuavam como prósperos comerciantes. Diversos fatores contribuíram para a saída de italianos do país, entre eles, as dificuldades econômicas e os períodos de guerra.

O Brasil surgiu como uma terra de oportunidades, com vasto território e demanda por povoamento. Foi nesse contexto que, em 13 de fevereiro de 1879, chegou ao país o Sr. Valentino Grazziotin, acompanhado de sua esposa, Luigia Poloni, e seus filhos, em busca de novos mercados para o comércio.

O casal teve 11 filhos, entre os quais Ângelo Francesco Grazziotin. Ângelo casou-se com Giulia Canali, com quem teve 10 filhos. Entre eles nasceu Valentin Grazziotin, que se casou com Rachele Bordin e teve 12 filhos: Ângelo, Diamantina, Olga, João, Tranquilo, Idalino, Plínio, Reni, Vely, Olírio, Clarice e Volmar. Dentre eles, estavam os futuros fundadores da Comercial Grazziotin: Tranquilo, Plínio, João e Idalino.

Em 1922, o Sr. Valentin Grazziotin (neto de Valentino e pai dos fundadores) decidiu buscar novas oportunidades, estabelecendo-se no interior de Caxias do Sul, no Travessão Alfredo Chaves, Distrito de Nova Trento — atual município de Flores da Cunha. Ele conciliava atividades comerciais com a agricultura de subsistência, comercializando o excedente da produção em São Sebastião do Caí, junto com produtos adquiridos de outros produtores locais. No caminho de volta, passava por Caxias do Sul, de onde trazia mercadorias para revenda. Também atuava na compra e venda de gado e suínos, conduzindo os animais a cavalo de uma região a outra do estado.

Para o Sr. Valentin, a família era o bem mais valioso e sua responsabilidade era compartilhada. Como a terra que possuía não comportava a permanência de todos os filhos, estabeleceu uma regra: cada filho que estivesse pronto para iniciar sua própria jornada deveria levar consigo um irmão mais novo para juntos construírem um novo negócio. A cada dupla, Valentin oferecia um empréstimo, que deveria ser devolvido posteriormente, garantindo condições iguais a todos os filhos.

1.1 Histórico do emissor

Seguindo esse princípio, no final de 1949, os irmãos Tranqüilo, Plínio, João e Idalino decidiram abrir um novo empreendimento. O negócio escolhido seria um atacado. A cidade ideal deveria ser economicamente próspera, permitir a compra de produtos agrícolas e a revenda nos grandes centros, além de oferecer estrutura logística adequada, com boas rodovias, ferrovias e acessos. A cidade escolhida foi Passo Fundo, no Planalto Rio-Grandense, que preenchia todos esses requisitos, além de contar com uma fábrica de cerveja, frigoríficos e intenso tráfego comercial

Após todas as providências necessárias para a abertura do negócio, o atacado foi oficialmente inaugurado em 24 de maio de 1950, na Avenida Presidente Vargas nº 64, em Passo Fundo/RS. O capital inicial, de 300 mil cruzeiros (equivalente a aproximadamente R\$ 110.000,00 em valores de 2000), foi emprestado aos irmãos por seu pai, Sr. Valentin Grazziotin. O empreendimento começou atuando simultaneamente como atacado e varejo de secos e molhados, e rapidamente se consolidou como uma casa comercial próspera e respeitada na região.

Em 1952, ocorre a primeira mudança na sociedade com a entrada do próprio Sr. Valentin, de outros irmãos e novos sócios. A empresa passou por um novo ciclo de crescimento e ingressou no ramo de importação e exportação. Exportava cereais e lã de ovelha, e importava itens como armarinhos, arame farpado, soda cáustica, armas e munições. Nessa época, também se consolidou como uma das principais fornecedoras de grãos para grandes centros consumidores do país, como São Paulo e Rio de Janeiro, especialmente com feijão branco e preto cultivado na região.

Um dos diferenciais da empresa era o cuidado com o produto: o feijão era limpo e catado manualmente antes da venda, sendo comercializado sob o apelo “do saco para a panela”, pois o consumidor final não precisava fazer qualquer seleção antes do preparo. Essa atenção à qualidade e à comunicação com o cliente já demonstrava a visão comercial diferenciada da companhia.

Com o crescimento contínuo durante a década de 1960, a empresa adquiriu o prédio e as mercadorias da tradicional Empresa Max Avila, localizada na mesma Avenida Presidente Vargas, nº 20. Em 1965, foi inaugurado no local um novo e moderno prédio, que ainda hoje abriga uma loja da rede GZT.

O final da década de 1960 marcou uma virada na trajetória da empresa. Com a estabilidade econômica do país, a Grazziotin passou a registrar um forte crescimento, especialmente no setor de eletrodomésticos, com a comercialização de fogões, geladeiras, aparelhos de TV, máquinas de costura

1.1 Histórico do emissor

e outros itens, oferecidos em até 36 vezes no crediário próprio. Foi pioneira na região ao implementar um sistema automatizado de vendas, algo inovador para a época. A demanda era tão grande que, em determinado momento, foi possível registrar um único pedido ao fornecedor de 1.000 fogões.

Ao mesmo tempo em que o varejo crescia, o atacado começava a perder relevância. No final da década de 1970, a Grazziotin já não se parecia com a empresa fundada 20 anos antes — o foco do negócio havia se transformado por completo.

Nos anos 1970, já com a segunda geração da família atuando na administração, a empresa consolidou sua atuação como varejista, com foco em móveis, eletrodomésticos, itens de bazar, ferragens e materiais de construção. Seu sistema comercial era considerado de vanguarda: as lojas foram organizadas de forma que os produtos estivessem ao alcance do cliente, eliminando barreiras como vitrines, prateleiras fechadas ou gavetas, o que proporcionava uma experiência de compra mais direta e acessível.

Em 1971, teve início a expansão física da rede, com a abertura de novas filiais. A primeira unidade fora de Passo Fundo foi inaugurada em Erechim, seguida por Carazinho, Marau, Cruz Alta e outras cidades da região.

Em 1974, foi construído o Centro de Distribuição da companhia, uma estrutura que marcou a profissionalização da logística e permitiu maior eficiência no abastecimento das lojas. Nesse mesmo ano, a empresa também adquiriu um computador IBM/3, dando início ao processo de automação dos sistemas administrativos e comerciais — um passo inovador para o varejo regional na época.

Quatro anos depois, em 1978, ocorreu a formalização da governança com a posse dos primeiros conselheiros administrativos. O Sr. Tranquilo Grazziotin assumiu a presidência do conselho e o Sr. Gilson Valentin Grazziotin passou a compor o colegiado.

No ano seguinte, em 1979, quando a família Grazziotin celebrava seu centenário no Brasil, foi inaugurado o prédio do Centro Administrativo. Com 2.800 m² de área construída e instalado junto ao Centro de Distribuição, o novo espaço centralizou as operações da administração, antes dispersas em diferentes locais. O complexo está situado em um terreno de 85.000 m², consolidando-se como base da operação corporativa da companhia.

1.1 Histórico do emissor

Ainda em 1979, a empresa deu um importante passo rumo à sua institucionalização: passou a ser uma sociedade anônima, com ações negociadas em bolsa. A razão social foi alterada para Comercial Grazziotin S/A, marcando o início de uma nova fase, mais estruturada e orientada à governança e ao crescimento de longo prazo.

A década de 1980 começou com grandes desafios para o setor varejista, especialmente no mercado de eletrodomésticos, onde a concorrência se tornou intensa e muitas vezes predatória. Diante desse cenário, a companhia enfrentou uma escolha estratégica: entrar em uma disputa de preços agressiva ou buscar um novo posicionamento. A opção foi pela mudança.

Mesmo sem experiência no segmento de moda, a direção decidiu investir em conhecimento e transformação. Foram anos de trabalho intenso, com muitas viagens à Europa — principalmente à Itália — em busca de referências e capacitação. O esforço resultou na bem-sucedida transição da empresa para um modelo de loja focado em moda e bazar, abrindo caminho para a diversificação e a inovação que viriam a seguir.

Em 1981, a razão social da empresa foi alterada para Grazziotin S/A, marcando o início de um novo ciclo de expansão, com a criação de redes independentes voltadas a segmentos específicos. Nesse processo de modernização, o material de construção foi separado das lojas originais, que passaram a concentrar-se exclusivamente nas linhas de moda e bazar, mantendo o nome Grazziotin para esse perfil de operação.

Em 1984, foi criada a rede Tottal, com foco em materiais de construção, considerando que não seria adequado manter o ponto de venda para produtos de moda e itens para o lar. Com o tempo, a rede evoluiu para o conceito atual de Tottal Casa & Lazer, cuja proposta é oferecer soluções práticas e acessíveis para manutenção da casa, conforto e momentos de lazer.

Ainda na primeira metade da década de 1980, a empresa investiu em um projeto próprio de reflorestamento, beneficiando-se de incentivos fiscais disponíveis à época. Entre 1980 e 1983, foram plantadas 1.471.260 árvores de *Pinus elliottii* em uma área de 1.130 hectares no município de Piratini/RS, refletindo o compromisso da companhia com o uso sustentável dos recursos naturais.

1.1 Histórico do emissor

Nesse mesmo período, em 1984, foi instituído o G-10, um projeto interno voltado ao desenvolvimento da liderança. Com foco na participação e na tomada de decisão coletiva, o G-10 promove encontros quinzenais entre grupos de 10 colaboradores, organizados em todos os setores administrativos e lojas da rede. Cada grupo é coordenado por um membro eleito, promovendo engajamento, reconhecimento e fortalecimento da cultura de gestão participativa.

Em 1985, surgiu a rede Por Menos, voltada para o público que busca economia e praticidade. A proposta era oferecer moda e bazar com preços acessíveis, em formato de loja de descontos. A partir de 1999, a rede passou a operar também com vendas a prazo, até então restritas ao pagamento à vista.

Em 1987, foi lançado o projeto GD (Gerente em Desenvolvimento), com o objetivo de preparar colaboradores para cargos de liderança por meio de capacitação teórica e prática. Com duração aproximada de 18 meses, o GD tornou-se um marco na política de valorização interna da empresa, sendo responsável por suprir 100% das promoções para cargos gerenciais a partir da base interna de talentos.

Em fevereiro de 1989, foi criada a rede Franco Giorgi, especializada em moda masculina com marca própria e inspiração internacional. Seus produtos são fabricados no Brasil e também importados, sempre com foco em qualidade e estilo.

Ainda em 1989, a empresa constituiu a Grato Ltda, em sociedade com a Todeschini. A nova companhia iniciou suas atividades com a aquisição de uma grande área de terras na Bahia, onde teve início o cultivo de soja e milho, além dos primeiros investimentos em pecuária.

Já em 1994, a Grazziotin S/A adotou o sistema APR – Administração por Resultado, que introduziu o conceito de participação nos lucros como forma de reconhecer o desempenho das equipes e fortalecer o alinhamento com os resultados da companhia.

O processo de automação das lojas foi iniciado em 1995, com a instalação de terminais de ponto de venda (PDV), computadores, leitores de código de barras e impressoras. A iniciativa elevou a eficiência operacional e preparou a empresa para os desafios da gestão no varejo moderno.

1.1 Histórico do emissor

Em 1997, o Sr. Gilson Valentin Grazziotin assumiu como Vice-Presidente do Conselho de Administração, contribuindo ativamente para a governança e a evolução estratégica da companhia.

Em 2004, foi criada a Academia de Líderes, iniciativa voltada à formação de futuros gerentes. O programa é composto por colaboradores que já participaram e foram aprovados nas turmas do GD (Gerente em Desenvolvimento), considerados aptos para atuar como trainees. Com foco no desenvolvimento de competências gerenciais, a Academia representa uma das etapas finais para a promoção de líderes na empresa, reforçando o compromisso com a valorização e a preparação interna de talentos.

Ainda em 2004, foi constituído o Centro Shopping Empreendimentos e Participações Ltda., responsável pela operação do Centro Shopping, localizado no coração de Porto Alegre/RS. O empreendimento conecta as ruas Voluntários da Pátria, 294, e Júlio de Castilhos, 293, totalizando 7.500 m² de área construída em cinco andares. O espaço reúne segurança, ambiente climatizado, praça de alimentação e elevadores panorâmicos, oferecendo uma experiência completa de compras no centro da capital gaúcha.

Nesse mesmo ano, foi instituída a Grazziotin Financeira, com sede em Passo Fundo/RS. Como instituição financeira do grupo, a Grazziotin Financeira passou a oferecer Crédito Direto ao Consumidor (CDC) e Crédito Pessoal, atendendo às necessidades dos clientes das redes de varejo da empresa com soluções ágeis, integradas e acessíveis.

Em 2011, houve uma nova composição no Conselho de Administração, com a Sra. Renata Grazziotin assumindo a Presidência e o Sr. Marcus Grazziotin como Vice-Presidente, fortalecendo a atuação da nova geração no processo decisório e na governança da companhia.

Em 2013, teve início o projeto de irrigação na Grato Agropecuária, que foi concluído em 2015. A iniciativa elevou significativamente a produtividade das lavouras e fortaleceu o posicionamento da empresa no agronegócio, com foco em eficiência, sustentabilidade e previsibilidade de safra.

O ano de 2017 foi marcado pelo reconhecimento do projeto Cases de Sucesso, quando o Grupo Grazziotin recebeu o prêmio Top Ser Humano, promovido pela Associação Brasileira de Recursos Humanos do Rio Grande do Sul (ABRH/RS). O projeto incentiva colaboradores e equipes a documentar

1.1 Histórico do emissor

iniciativas de melhoria contínua, transformando experiências em aprendizado compartilhado, alinhado à cultura de desenvolvimento e inovação da empresa.

Em 2018, a Grato Agropecuária expandiu suas operações com a aquisição de uma nova área de 8.744 hectares no município de Correntina, na Bahia, dos quais 6.357 hectares já estavam abertos e cultivados, e 2.387 hectares compõem a reserva legal. Com essa aquisição, a Grato passou a operar com uma área total de 19.366 hectares, dividida em duas filiais: Ipanema, com 10.622 ha (sendo 7.393 ha agricultáveis e 3.604 ha irrigados), e Santana, com 8.744 ha (sendo 6.358 ha agricultáveis).

Também em 2018, foi lançado um novo conceito de loja física, no térreo do Centro Shopping em Porto Alegre, reunindo pela primeira vez as quatro principais redes do grupo — Grazziotin, Pormenos, Tottal e Franco Giorgi — em um único espaço. O objetivo era proporcionar maior comodidade ao cliente e testar um modelo moderno e inteligente de loja unificada. No mesmo ano, foi inaugurada a primeira loja virtual da Rede Franco Giorgi, marcando mais um passo na digitalização do varejo do grupo.

Em 2020, após um ano e meio de testes com a loja conceito no Centro Shopping, a empresa lançou oficialmente uma nova rede: a GZT. A GZT nasceu da unificação das principais marcas do Grupo Grazziotin em um único endereço, oferecendo aos clientes uma experiência de compra integrada, com produtos para toda a família e para o lar, em um só lugar.

Esse novo conceito reforça a força da marca Grazziotin e sua capacidade de adaptação às transformações do varejo. O objetivo é reunir todas as bandeiras do grupo em um único espaço, promovendo inovação, eficiência e agilidade, sempre alinhadas às novas demandas de consumo.

Ainda em 2020, a empresa avançou no ambiente digital com o lançamento dos e-commerces das redes Grazziotin, Pormenos e Tottal, além do aplicativo Grupo Grazziotin, ampliando sua presença online e oferecendo mais comodidade aos clientes.

Em maio de 2021, foi criado o Projeto Compra Solidária, uma iniciativa social do grupo realizada em conjunto com colaboradores, clientes e a comunidade. O projeto teve como propósito levar alimentos à mesa de famílias em situação de vulnerabilidade, especialmente diante das dificuldades econômicas enfrentadas durante e após a pandemia.

1.1 Histórico do emissor

No final de 2022, foi implementada a GZT Store, um marketplace digital com produtos das redes do grupo e de marcas parceiras, reunindo em uma única plataforma uma ampla variedade de itens, com conveniência e praticidade para o consumidor.

Ainda em 2022, o Grupo Grazziotin foi selecionado para participar da votação popular do Prêmio Mate (Mercado, Aceleração, Tecnologia e Ecossistema), sendo reconhecido na categoria Inovação e Sustentabilidade. A premiação, promovida pela Associação Gaúcha de Startups (AGS) e pelo SEBRAE-RS, destacou os atores mais relevantes do ecossistema de inovação do estado, tendo como base as ações realizadas no ano anterior.

A Grazziotin S/A foi fundada como um negócio familiar, iniciado por quatro irmãos que se apoiaram mutuamente para erguer o empreendimento. Ao longo das décadas, a empresa evoluiu, profissionalizou-se e ampliou sua atuação, mas sem perder a essência de colaboração, esforço e comprometimento que marcou seus primeiros anos.

Hoje, são cinco redes de lojas com gestões independentes e complementares, que se apoiam de forma coordenada, garantindo a continuidade e a solidez do grupo. Desde o início, cada colaborador tem sido peça fundamental desse projeto, atuando em um ambiente que valoriza a administração participativa e a abertura ao diálogo.

A capacidade de se adaptar ao mercado, o olhar atento às necessidades dos clientes e o compromisso constante com a modernização são pilares permanentes da história da companhia. A seriedade nos negócios, a disciplina no trabalho e a vocação para o comércio são traços marcantes da trajetória do grupo, que investe continuamente na formação de suas equipes e na manutenção de um ambiente profissional digno e motivador. É com esse espírito que a Grazziotin S/A segue construindo sua história.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Grazziotin (segmento varejo)

A Companhia tem como objeto preponderante o comércio a varejo de artigos do vestuário e acessórios, mercadorias em lojas de conveniência, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, artigos de cama, mesa e banho, artigos de esportes, artigos de drogaria, camping, cosméticos, decoração, jardinagem, perfumaria, utilidades domésticas, prestação de serviços de correspondente de instituições financeiras e preposto de corretagem de seguros.

Sua atuação está principalmente em cidades do interior, utilizando cinco nomes fantasia em suas lojas, que são: Grazziotin, Tottal Casa & Lazer, Pormenos, Franco Giorgi e Gzt, cada um atendendo a um perfil diferente de público.

O foco da Companhia está em desenvolver e consolidar as lojas já existentes, mas também, abrir novas lojas em locais com boas perspectivas.

Lojas Grazziotin

A rede de lojas Grazziotin, fundada em 1950, foi a pioneira e deu início ao Grupo Grazziotin. Atualmente, conta com pontos de venda localizados nos estados do Sul do Brasil.

A Grazziotin caracteriza-se por ser uma loja de vestuário e decoração para o lar voltada à família, contando com seções de moda masculina, feminina e infantil, de calçados, cama, mesa, banho e decoração. A qualidade e variedade de produtos oferecidos pela Grazziotin é um dos seus principais diferenciais.

Além disso, a loja também oferece a experiência de compra completa, com lojas modernas e bem organizadas, possuindo uma equipe de atendimento altamente capacitada. A rede dispõe de produtos com preço baixo e crediário facilitado e busca constantemente novos clientes visando à satisfação e fidelização dos mesmos.

Lojas Tottal

A rede de lojas Tottal Casa & Lazer foi criada em 1984, hoje possui pontos de venda nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul.

É especializada e busca se destacar na comercialização de uma ampla variedade de produtos de utilidade para o lar, nos setores de bazar, cama, mesa e banho, camping, decoração, eletroportáteis e utensílios para cozinha, com direcionamento para produtos com qualidade e preços competitivos. Há diversos itens para deixar o lar ainda mais bonito e aconchegante.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Lojas Por Menos

A rede de lojas por menos nasceu em 1985, atualmente possui pontos de venda em todo o Sul do país e é uma excelente opção para quem busca economia sem abrir mão da qualidade.

Oferecendo variedade dos produtos, com preços acessíveis e crediário facilitado aos seus clientes, em seu mix de produtos tem como segmento moda feminina, masculina, infantil, bebê, calçados, moda Íntima, cama, mesa, banho e decoração. Tem como público-alvo o varejo popular, sendo em sua maioria, mulheres que compram para toda a família.

Lojas Franco Giorgi

A rede Franco Giorgi surgiu no ano de 1989, trabalha exclusivamente com moda masculina, desenvolvendo produtos com marca própria, garantindo qualidade, conforto, elegância e tendência.

O atendimento personalizado e especializado oferecido aos clientes, também é um dos destaques da marca, priorizando o encantamento a eles e, assim, atingindo os objetivos de venda e lucratividade.

Lojas GZT

A rede de lojas GZT nasceu em 2020, sendo um novo conceito de lojas, reúne o mix de produtos das Redes Grazziotin, Por Menos, Tottal e Franco Giorgi em um único espaço físico. O modelo oportuniza a otimização de custos, diminuindo aluguéis, água, luz, e mobiliários, proporcionando sinergia entre as redes e o aproveitamento das equipes de lojas. O formato oportuniza uma rentabilidade maior. A oportunidade surge quando existem vários pontos de vendas em uma mesma cidade, por vezes próximas umas das outras, sendo que uma delas comporta receber em seu espaço físico as demais.

E-commerce

A Companhia no ano de 2018 na busca por satisfazer, dar comodidade ao público e expandir horizontes, iniciou com a loja virtual da Rede Franco Giorgi e no primeiro semestre de 2020, foi lançado as lojas virtuais para as Redes Grazziotin, Tottal e Pormenos. Em dezembro de 2022, com o objetivo de unificar, facilitar e melhorar a experiência de compra dos clientes no varejo digital, a Companhia investiu em um novo projeto: o Marketplace GZT Store, integrando todas as redes da Companhia e marcas parceiras, facilitando o acesso a uma ampla variedade de produtos em um só lugar, com foco na integração omnichannel, na conveniência e na qualidade da experiência do cliente. O crediário digital se destaca como principal meio de pagamento, respondendo pela maior parte do volume financeiro das vendas online, o que demonstra a confiança dos clientes e o diferencial competitivo da

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

marca. A GZT Store reforça a presença digital da Companhia, proporcionando uma jornada de compra segura, intuitiva e acessível.

Centro Shopping (controlada) (segmento Shopping Center)

O Centro Shopping, é voltado a locação de espaços para atividades comerciais e serviços, que compreende uma área de 7.500 m² distribuídos em cinco andares no centro histórico da cidade de Porto Alegre/RS. Atualmente, todos os espaços comerciais foram locados por um único locatário

Grato Agropecuária (controlada) (segmento agropecuária)

A Grato é uma empresa do setor agropecuário. Possui 19.366 hectares, dividido em duas filiais: IPANEMA com 10.622 ha (área agricultável de 7.364 ha, sendo 4.637 ha irrigados) e SANTANA com 8.744 ha (área agricultável de 6.155 há, sendo 3.024 há irrigados). Atua na produção de grãos, sendo que suas principais operações são cultivo de soja, milho e algodão. É administrada em conjunto com um grande parceiro da Companhia: a Todeschini S/A. Cada sócio detém de 50% do capital social.

Trevi Participações (controlada)

Foi constituída, exclusivamente procurando atender as normas do Banco Central, na constituição da Grazziotin Financeira, da qual é a controladora. Não tem operação própria. O seu objeto é a participação societária em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central.

Grazziotin Financeira (controlada indireta) (segmento financiamento)

A Grazziotin Financeira oferece aos clientes das lojas do grupo financiamento através do Crédito Direto ao Consumidor (CDC) e Crédito Pessoal, atendendo as necessidades financeiras dos clientes.

Floresta Grazziotin (controlada indireta) (segmento reflorestamento)

A Floresta Grazziotin foi constituída com o objetivo de segregar o cultivo e a extração de madeiras, dedicada ao plantio de Pinus Ellioti e Eucaliptos. A Floresta possui uma área de 1.645 hectares e está situada no município de Piratini/RS, localizada próxima ao Porto de Rio Grande, possuindo madeira de características para utilização em serraria e grande potencial de exportação.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

a. produtos e serviços comercializados

Grazziotin (segmento varejo)

A Empresa tem por objeto principal o comércio varejista de vestuário e afins.

Centro Shopping (controlada) (segmento Shopping Center)

O Centro Shopping é caracterizado pela locação de espaços para atividades comerciais e serviços.

Grato Agrícola (controlada) (segmento agrícola)

A Grato tem sua atividade voltada ao plantio de grãos, sendo suas principais operações o cultivo de soja, milho e algodão.

Grazziotin Financeira (controlada) (segmento financiamento)

A Financeira tem como objeto principal fornecer crédito aos clientes da Companhia para aquisição de produtos.

Floresta Grazziotin (controlada) (segmento florestal)

A Floresta atua no cultivo e venda de madeira oriundas de reflorestamento.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

	2024		2023		2022	
Em valores	Receita líquida	Participações	Receita líquida	Participações	Receita líquida	Participações
Grazziotin (varejo)	639.320	72,86	640.459	75,88	647.539	72,72
Centro Shopping (segmento Shopping)	871	0,09	1.908	0,23	1.946	0,22
Grato Agropecuária (segmento agropecuário)	215.148	22,61	158.977	18,83	199.774	22,43
Grazziotin Financeira (segmento financiamento)	40.653	4,28	41.597	4,93	39.359	4,42
Floresta Grazziotin Ltda	1.541	0,16	1.110	0,13	1.890	0,21
TOTAL	897.533	100	844.051	100,00	890.508	100,00

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

	2024	2023	2022
Grazziotin (varejo)	77,47	61,29	48,25
Centro Shopping (segmento Shopping)	-0,20	0	-0,18
Grato Agropecuária (segmento agropecuário)	2,43	23,83	47,60
Grazziotin Financeira e Trevi (segmento financiamento)	19,48	12,98	4,25
Floresta Grazziotin Ltda	-0,42	1,90	0,08
TOTAL	100	100,00	100,00

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

a. características do processo de produção

Grazziotin (segmento varejo)

A Companhia atua de forma exclusiva no comércio varejista, com foco na venda direta ao consumidor final, não possuindo produção própria. Todos os produtos comercializados são adquiridos de forma centralizada no mercado interno, por meio de uma base de aproximadamente 400 fornecedores, cuidadosamente selecionados com base em critérios técnicos e estratégicos.

O processo de seleção de fornecedores considera fatores como localização geográfica — inclusive sob a ótica de benefícios fiscais —, qualidade e competitividade dos preços, condições comerciais, capacidade de atendimento logístico e adequação ao perfil de consumo das regiões atendidas pela Companhia.

A definição do mix de produtos comercializados é realizada pelo Comitê de Compras, formado por diretores, compradores e gerentes de loja, que avaliam criteriosamente as coleções disponíveis no mercado, com foco em tendências de moda, aceitação do público e potencial de giro. Antes da adoção em larga escala, os produtos são submetidos a um processo de validação comercial, por meio de vendas em lojas teste, localizadas em pontos estratégicos. Esse modelo permite à Companhia identificar a performance dos itens em campo e ajustar o mix conforme a resposta do consumidor. Essa estrutura favorece uma atuação ágil e alinhada com as expectativas do mercado, garantindo a competitividade da Companhia no segmento varejista em que atua.

Centro Shopping (controlada) (segmento Shopping Center)

O prédio é disponibilizado com instalações de excelente qualidade e em local de grande fluxo de pedestres.

Grato (controlada) (segmento agropecuária)

Os insumos agrícolas são adquiridos no mercado local.

O plantio e a colheita são efetuados com mão de obra e equipamentos próprios e terceirizados.

Grazziotin Financeira (controlada) (segmento financiamento)

A oferta e a operacionalização das operações de crediário e crédito pessoal são realizadas diretamente nas lojas da Companhia, por meio de sistema próprio de concessão e gestão de crédito. O modelo é

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

voltado exclusivamente aos clientes da controladora e integra a estratégia comercial da Companhia, oferecendo facilidade de pagamento como um diferencial competitivo.

O crédito pessoal é disponibilizado apenas aos clientes cadastrados da controladora, após análise e aprovação conforme critérios internos de concessão. Já o crediário é amplamente utilizado como instrumento de fidelização e incremento nas vendas a prazo, sendo operado com transparência, controle e aderência à regulamentação aplicável.

O ambiente acolhedor das lojas, aliado à proximidade com o cliente, favorece a oferta desses produtos financeiros, que agregam valor à experiência de compra. Em determinadas campanhas promocionais, a controladora oferece condições diferenciadas, como parcelamento sem acréscimo, reforçando o compromisso com o poder de compra do consumidor e com a sustentabilidade das relações comerciais de longo prazo.

Floresta (controlada) (segmento florestal)

A exploração dos ativos florestais da Companhia é realizada por meio da venda de árvores em pé, modelo em que a responsabilidade pelo corte, extração, limpeza da área e transporte das toras é integralmente assumida pelo comprador. Essa modalidade permite à Companhia monetizar seus ativos de forma eficiente, reduzindo custos operacionais e riscos associados à atividade de manejo florestal.

As vendas são formalizadas mediante contrato, com definição prévia de volumes, espécies, prazos e obrigações ambientais, respeitando a legislação vigente e os princípios de sustentabilidade. Essa estratégia contribui para a otimização do uso dos ativos florestais, agregando valor ao portfólio patrimonial da Companhia

b. características do processo de distribuição

Grazziotin (segmento varejo)

Os produtos adquiridos dos fornecedores são recebidos no Centro de Distribuição da Companhia, localizado na cidade de Passo Fundo/RS. No momento do recebimento, é realizada uma conferência detalhada dos itens em relação aos pedidos, com verificação dos critérios previamente acordados, como qualidade dos produtos, acondicionamento, integridade das embalagens e conformidade com normas legais, incluindo os requisitos estabelecidos por órgãos reguladores, como o INMETRO.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Os produtos chegam ao Centro de Distribuição já precificados, embalados em caixas padronizadas e organizados em lotes e formatos definidos previamente com a área de Compras, conforme planejamento logístico e comercial.

Após o recebimento, os itens são direcionados para duas destinações principais: uma parte é armazenada em áreas específicas de estocagem, enquanto outra segue diretamente para as lojas por meio do sistema de cross docking, otimizando o tempo de abastecimento e reduzindo a necessidade de armazenagem intermediária.

O processo de reposição nas lojas é realizado de forma sistêmica: cada ponto de venda solicita os produtos por meio de sistema integrado de gestão, com base em sua demanda e giro de estoque. Os itens são então separados por loja em boxes identificados, e encaminhados por transportadora terceirizada, em rotas rodoviárias predefinidas. As entregas ocorrem de forma semanal ou quinzenal, de acordo com a categoria dos produtos e a dinâmica de consumo.

Embora em volume não significativo, em algumas situações específicas — sobretudo quando há conveniência logística ou econômica — determinados fornecedores realizam a entrega direta às lojas, especialmente para itens com custo de transporte mais elevado.

A comercialização dos produtos nas lojas ocorre por meio de sistema de autosserviço, operado por colaboradores próprios da Companhia, treinados para prestar atendimento ao cliente e garantir a adequada exposição dos produtos.

Mesmo as lojas mais distantes do Centro de Distribuição, localizadas a até 750 km, são atendidas com rapidez e eficiência, devido ao planejamento logístico integrado, que permite um fluxo ágil e previsível de abastecimento em toda a rede de lojas.

Centro Shopping (controlada) (segmento Shopping Center)

Trata-se de locação de salas comerciais. Todos os eventos ocorrem no local.

Grato Agrícola (controlada) (segmento agropecuária)

Após a colheita, os grãos de soja, milho e feijão são armazenados em silos próprios, localizados na sede da controlada, garantindo a conservação e a qualidade dos produtos até a sua comercialização. A soja e o algodão são, em geral, comercializados com *trading companies* da região, que atuam tanto no mercado interno quanto no mercado de exportação. O milho é destinado, predominantemente, à região Nordeste do País, sendo utilizado tanto para a produção de ração animal quanto para o

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

consumo humano. Já o feijão também é direcionado à mesma região, com foco exclusivo no consumo humano, dada sua ampla aceitação no mercado.

A política comercial adotada prevê que os produtos sejam retirados pelos compradores diretamente na sede da controlada, após a comprovação do pagamento antecipado, o que confere maior segurança à operação e previsibilidade financeira à Companhia.

Esse modelo de comercialização contribui para a eficiência operacional e está alinhado à estratégia de geração de valor dos ativos agrícolas.

Grazziotin Financeira (controlada) (segmento financiamento)

Os produtos financeiros oferecidos pela Companhia — como vendas a prazo com acréscimo e crédito pessoal — estão disponíveis exclusivamente para os clientes da controladora, e são operacionalizados diretamente nas lojas físicas da própria controladora.

Nas operações de venda a prazo com acréscimo, todo o processo é automatizado, desde a análise de crédito até a aprovação da operação, com integração completa entre os sistemas internos das empresas do grupo, o que garante agilidade, segurança e sem geração de custos adicionais.

Já no caso do crédito pessoal, a oferta ocorre de forma direta no ponto de venda, no momento do atendimento ao cliente. A solicitação e liberação do crédito são realizadas no próprio caixa da loja, permitindo que o cliente efetue sua operação de modo simples, rápido e seguro.

Todo o processo é realizado internamente, sem envolvimento de terceiros, assegurando controle total das etapas operacionais e maior confiabilidade na gestão das informações financeiras e cadastrais dos clientes.

Floresta Grazziotin (controlada) (segmento florestal)

A distribuição é de responsabilidade do comprador.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Grazziotin (segmento varejo)

A Companhia instala suas lojas, prioritariamente, em municípios com mais de 15.000 habitantes, com análise prévia do potencial de mercado, competitividade e viabilidade operacional. Em cidades com maior densidade populacional ou demanda comercial significativa, podem ser abertas duas ou mais unidades sob o mesmo nome fantasia, conforme o planejamento de expansão da Companhia.

Atualmente, o Grupo atua nos três estados da Região Sul do Brasil — Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná —, com presença consolidada em diversos municípios e forte reconhecimento de marca.

O varejo de vestuário na região é caracterizado por um mercado altamente pulverizado, composto por diferentes perfis de lojistas. As lojas concorrentes podem ser:

- Pequenas, médias ou grandes;
- De propriedade individual ou familiar;
- Majoritariamente instaladas em ruas comerciais, mas também presentes em shopping centers;
- Vinculadas a redes locais ou nacionais, de diferentes portes;
- Com sortimentos limitados ou grande variedade de produtos.

Nesse cenário, o diferencial competitivo da Companhia está centrado em sua capacidade de oferecer:

- Qualidade dos produtos comercializados;
- Ampla disponibilidade de itens nos pontos de venda, com reposição rápida e eficiente;
- Velocidade nas operações comerciais, sustentada por sistemas integrados e logística ágil;
- Facilidade de acesso ao crédito, com soluções próprias de crediário e crédito pessoal, voltadas ao perfil do consumidor da região.

Esse conjunto de atributos permite à Companhia manter relevância e competitividade mesmo em mercados com forte presença de concorrentes regionais e nacionais.

Centro Shopping (controlada) (segmento Shopping Center)

Conta com a locação de salas comerciais

Grato (controlada) (segmento agropecuária)

A agricultura é a base da economia da região. O mercado é influenciado pela demanda de *commodities*, nos mercados internos e externos.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Grazziotin Financeira (controlada) (segmento financiamento)

A controlada utiliza a estrutura física, e os recursos da controladora para a execução de seus objetivos. O processo é regulamentado pelo BACEN.

Floresta (controlada) (segmento florestal)

A Floresta é preservada com desbastes realizados nos anos anteriores. O mercado interno, da construção civil, reduziu a demanda. Buscamos clientes com foco em exportação.

ii. condições de competição nos mercados

Grazziotin (segmento varejo)

O varejo em que a Companhia atua é caracterizado por um ambiente altamente competitivo, impulsionado pela livre iniciativa e pela presença de uma grande diversidade de operadores. As microempresas e pequenos comércios locais, especialmente em cidades pequenas e médias, são favorecidos por uma legislação mais simples e permissiva, o que facilita sua entrada e permanência no mercado.

Nessas localidades, os principais concorrentes da Companhia são comerciantes independentes e pequenas redes regionais, que disputam espaço com base em proximidade, preços e conveniência. Nesse contexto, a Companhia diferencia-se por sua estrutura, escala e modelo de gestão padronizado, o que contribui para maior eficiência operacional.

As modalidades de venda praticadas nas lojas da Companhia são as seguintes:

- À vista, por meio de pagamento em dinheiro ou PIX;
- A prazo com acréscimo, parcelado de 5 até 10 vezes, conforme a sazonalidade ou ações promocionais;
- A prazo sem acréscimo, ofertado em períodos estratégicos, como eventos sazonais e campanhas promocionais;
- Cartões de crédito de terceiros, aceitos como forma complementar de pagamento.

As vendas a prazo com acréscimo são financiadas pela controlada Grazziotin Financeira S.A., por meio da emissão de carnês físicos entregues ao cliente no ato da compra, processo que preserva a simplicidade e o vínculo direto com o consumidor.

Entre os principais diferenciais da Companhia no ambiente competitivo, destacam-se:

- Um eficiente sistema de frente de caixa e autoatendimento, que agiliza o processo de compra;

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

- Um modelo de análise de crédito próprio, com base em credit scoring interno e cruzamento de perfis comportamentais e históricos de pagamento;
- Um call center dedicado, que atua tanto na concessão quanto na gestão de cobrança, promovendo maior segurança na operação e fidelização do cliente.

Esse conjunto de ferramentas e práticas permite à Companhia atuar com controle e agilidade no crédito, sustentando a expansão das vendas a prazo de forma responsável e eficiente.

Centro Shopping (controlada) (segmento Shopping Center)

O segmento é diferenciado dos existentes na região. O shopping é bem localizado, em região de fácil acesso, na Rua Voluntários da Pátria. Atualmente toda a área foi locada para uma rede de lojas com sede na cidade de São Paulo/SP.

Grato Agrícola (controlada) (segmento agropecuária)

Os produtos são *commodities*, e a competição é definida pela demanda, tanto no mercado interno, como externo.

Grazziotin Financeira (controlada) (segmento financiamento)

A Empresa consegue competir no segmento de crédito pessoal e crediário com sistema automatizado, velocidade nas operações, e taxas atraentes. Como o cliente já é conhecido, por ser cliente da controladora, os riscos envolvidos são minimizados.

Floresta (controlada) (segmento florestal)

Há mais de 30 anos, as árvores lá foram plantadas o que caracteriza uma madeira de excelente qualidade. Apesar do acesso por estradas do interior, não pavimentadas, a proximidade ao Porto de Rio Grande é mais um ponto relevante a favor da Floresta.

d. eventual sazonalidade

Grazziotin (segmento varejo)

A atividade varejista da Companhia é influenciada pela sazonalidade climática e comercial, com variações significativas na demanda ao longo do ano, especialmente nos segmentos de vestuário e bens de consumo pessoal.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

As estações de inverno e verão impactam diretamente a composição do mix de produtos e o comportamento de compra do consumidor. Os períodos de maior demanda concentram-se nos meses de maio, impulsionados pelo Dia das Mães, e dezembro, em razão das festas de final de ano, especialmente o Natal.

Por outro lado, os meses de fevereiro e setembro costumam apresentar menor movimentação de vendas, refletindo a menor demanda típica do período. Nessa fase, o varejo costuma intensificar as promoções e liquidações de produtos sazonais, com o objetivo de renovação de estoque e estímulo ao giro de mercadorias. Tais campanhas, embora estratégicas, normalmente operam com margens brutas reduzidas, em razão dos descontos aplicados.

A Companhia gerencia essa sazonalidade por meio de planejamento comercial e logístico estruturado, antecipando ações promocionais e ajustando o sortimento conforme a demanda prevista para cada período do ano.

	2024				2023				2022			
	Vendas líquida	%	Lucro líquido	%	Vendas líquida	%	Lucro líquido	%	Vendas líquida	%	Lucro líquido	%
1º Tri	120.039	17,31	5.509	5,27	109.552	17,10	10.502	10,98	118.243	18,26	23.502	19,74
2º Tri	205.758	29,68	25.796	24,65	198.631	31,00	50.103	52,40	210.106	32,45	49.192	41,31
3º Tri	161.347	23,27	24.105	23,03	139.344	21,75	11.490	12,00	133.025	20,54	22.137	18,59
4º Tri	206.184	29,74	49.239	47,05	192.932	30,15	23.557	24,62	186.167	28,75	24.240	20,36
Total	693.328	100,00	104.649	100,00	640.459	100,00	95.652	100,00	647.541	100,00	119.071	100,00

Centro Shopping (controlada) (segmento Shopping Center)

Não há uma sazonalidade anualmente corrente, pois a atividade é objeto de locação. Em 5 de março, toda a área pertencente ao imóvel Centro Shopping foi locada para uma rede de lojas com sede na cidade de São Paulo, SP.

Grato Agrícola (controlada) (segmento agropecuária)

Na região em que a Companhia desenvolve suas atividades agrícolas, é característico o período de chuvas entre os meses de outubro e maio, o que favorece a execução da safra de verão em todas as áreas de sequeiro (sem irrigação).

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Nas áreas irrigadas, a Companhia aproveita o volume pluviométrico da primeira safra para reduzir o consumo de água dos sistemas de irrigação, promovendo eficiência no uso de recursos naturais. Já a segunda safra é realizada em período de menor incidência de chuvas, demandando maior utilização de sistemas de irrigação.

As operações comerciais de compra de insumos e venda da produção agrícola ocorrem de forma contínua ao longo do ano, sendo conduzidas conforme a janela de colheita, condições de mercado e oportunidades de negociação. Esse modelo permite maior flexibilidade, aproveitamento de preços favoráveis e otimização dos resultados operacionais.

Grazziotin Financeira (controlada) (segmento financiamento)

Não existe uma sazonalidade definida, seguindo a sazonalidade do varejo.

Floresta (controlada) (segmento florestal)

Não existe uma sazonalidade definida.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

iii. eventual volatilidade em seus preços

A Companhia não utiliza insumos e matérias primas, já que atua no setor comercial de vendas a varejo, não possuindo qualquer processo produtivo em suas atividades. Nossos fornecedores, por sua vez, têm como principais insumos e matérias primas fibras naturais como o algodão, bem como tecidos sintéticos (derivados do petróleo).

Atualmente temos fornecedores ativos, não possuindo contrato de exclusividade com quaisquer um deles.

1.5 Principais clientes

Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

a. montante total de receitas provenientes do cliente

Não existem clientes representando por mais de 10% da receita líquida.
Nossa carteira de clientes é extremamente pulverizada.

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não há segmento operacional afetado, pois não temos dependência de nenhum cliente específico.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

A Companhia não está inserida em mercado regulado ou que necessite de autorização governamental específica, com exceção de sua controlada Grazziotin Financeira S/A que, por ser uma instituição financeira, está regulada pelo Banco Central do Brasil.

Na data de 27 de dezembro de 2018 o Governo brasileiro reconheceu como de seu interesse a participação estrangeira no capital social da Grazziotin Financeira S.A. através do decreto nº 9.651, de 27 de dezembro de 2018.

Regulamentação da Proteção de Dados Pessoais

As leis sobre privacidade e proteção de dados têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (informações passíveis de identificar uma pessoa natural) podem ser utilizados pelas organizações.

Os direitos à intimidade e à vida privada são genericamente assegurados pela Constituição Federal Brasileira (1988) e pelo Código Civil (2002), mas, na ausência de regras mais específicas sobre o tema, a legitimidade das práticas envolvendo o uso de Dados Pessoais foi, historicamente, avaliada de forma casuística pelo judiciário. O Código de Defesa do Consumidor na década de 90 procurou trazer contornos mais objetivos para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores. Com a evolução da tecnologia de processamento de dados, a Lei do Cadastro Positivo (Lei nº 12.414/11), aprovada em 2011, também teve como objetivo estabelecer regras específicas para a criação de bancos de dados de bons pagadores. A Lei do Cadastro Positivo foi alterada em abril de 2019 para determinar a adesão automática de indivíduos aos bancos de dados do sistema do Cadastro Positivo, com opção de solicitar sua exclusão. O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14), aprovado em 2014, também teve como objetivo regular o uso e tratamento de dados coletados por meio da internet.

Assim, até agosto de 2018, quando foi aprovada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18 - "LGPD"), as práticas relacionadas ao uso de dados pessoais eram reguladas de forma esparsa com normas setoriais apenas. A LGPD trouxe um sistema de regras novo com relação ao tratamento de dados pessoais, mais completo e de aplicação transversal, afetando todos os setores da economia incluindo as empresas que tratam um maior volume de dados pessoais. Referida lei tem como objetivo criar um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

responsabilidades para as organizações que tratam tais informações, trazendo novas obrigações a serem observadas.

A LGPD entrou em vigor em 18 de setembro de 2020, com exceção dos artigos 52, 53 e 54 da LGPD, que tratam das sanções administrativas, que entraram em vigor posteriormente, em 1º de agosto de 2021, na forma da Lei nº 14.010/2020.

A LGPD tem uma ampla gama de aplicações e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o tratamento de dados ocorra no Brasil; (ii) a atividade de processamento de dados destina-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou processar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estão localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados. A LGPD será aplicada independentemente da indústria ou negócio ao lidar com dados pessoais e não está restrito a atividades de processamento de dados realizadas através de mídia digital e/ou na internet.

Além disso, a Lei 13.853/2019 criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, ou ANPD, que terá poderes e responsabilidades análogas às autoridades europeias de proteção de dados, exercendo um triplo papel de (i) investigação, compreendendo o poder de emitir normas e procedimentos, deliberar sobre a interpretação da LGPD e solicitar informações de controladores e processadores; (ii) execução, nos casos de descumprimento da lei, por meio de processo administrativo; e (iii) educação, com a responsabilidade de disseminar informações e fomentar o conhecimento da LGPD e medidas de segurança, promovendo padrões de serviços e produtos que facilitem o controle de dados e elaborando estudos sobre práticas nacionais e internacionais para a proteção de dados pessoais e privacidade, entre outros. A ANPD tem assegurada independência técnica, embora esteja subordinada à Presidência da República. A competência da ANPD prevalece sobre qualquer autoridade relacionada de outras entidades públicas no que diz respeito à proteção de dados pessoais.

Com a entrada em vigor da LGPD, a Companhia adaptou suas operações e seu modelo de negócios aos limites estabelecidos em referida lei e, assim, a Companhia concluiu em 2020 o projeto de adequação à nova lei, para garantir o uso das informações de forma segura e responsável.

Código de Defesa do Consumidor

Ainda, a Companhia está sujeita à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (“Código de Defesa do Consumidor”), que estabelece os princípios e requisitos legais aplicáveis às relações de consumo no

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Brasil. Assim, as obrigações e a relação de responsabilidade estabelecida entre a Companhia e seus consumidores é regulada por meio do Código de Defesa do Consumidor. Trata-se do marco regulatório de proteção aos consumidores, determinando seus direitos, dentre os quais está o direito à informação clara e precisa sobre os produtos e serviços a ele oferecidos no mercado, com especificações corretas referentes às suas características, estrutura, qualidade, preço e riscos que podem oferecer.

b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

Fornecedores Responsáveis

A Companhia mantém o compromisso de atuar com uma cadeia de fornecimento ética, regular e alinhada aos seus princípios socioambientais. Para isso, adota práticas de gestão que visam acompanhar e incentivar o desenvolvimento responsável de seus fornecedores.

Todos os parceiros comerciais devem estar em conformidade com o Código de Ética para Fornecedores da Companhia, assumindo o compromisso formal de atender às exigências legais e às diretrizes internas da organização. Esse alinhamento é assegurado por meio da assinatura dos contratos comerciais, que incluem cláusulas específicas relacionadas à conduta e integridade.

Antes de estabelecer ou manter um relacionamento comercial, os fornecedores passam por avaliações que consideram aspectos fundamentais, como:

- Cumprimento das normas trabalhistas e previdenciárias;
- Respeito aos direitos dos trabalhadores e à legislação vigente;
- Adoção de práticas de saúde e segurança no trabalho;
- Regularidade fiscal e jurídica;
- Condições ambientais e responsabilidade socioambiental;
- Proibição expressa de práticas como trabalho infantil ou em condições degradantes.

A Companhia, por meio da Diretoria Comercial, realiza visitas técnicas e auditorias periódicas com base em checklists padronizados, de modo a verificar o cumprimento dos requisitos estabelecidos. Sempre que necessário, são indicadas ações corretivas e acompanhados os prazos para adequação. Essas iniciativas reforçam o compromisso da Grazziotin com a transparência nas relações comerciais, a valorização de boas práticas e o incentivo a um ambiente de negócios mais justo, seguro e sustentável.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

A Grato Agropecuária, controlada da Companhia, desenvolve atividades agrícolas com foco em culturas como soja, milho, feijão e algodão. Destaca-se que o algodão produzido pela Grato Agropecuária conta com certificação, o que reforça o compromisso com a qualidade do produto, a sustentabilidade na produção e o atendimento a exigências de mercado, especialmente para comercialização com players nacionais e internacionais que valorizam práticas responsáveis no campo.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Marcas

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial), órgão responsável pelo registro de marcas e patentes, sendo então assegurado ao titular seu uso exclusivo em todo o território nacional por um prazo determinado de 10 anos, passível de sucessivas renovações. Durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito para utilização das marcas depositadas, aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços.

Software

Possuímos licenças de uso de softwares adquiridos no mercado, como Microsoft Office, Windows, Adobe Acrobat, Oracle, entre outros. Além disso, também possuímos licenças de uso de softwares customizados por empresas especializadas, utilizados em nossas principais e mais importantes atividades diárias, sendo os softwares mais relevantes: (i) N&L Gestão, utilizado na execução de operações internas de negócios e gestão administrativa; (ii) DATASYS, utilizado no sistema de folha de pagamento; (iii) WMS Sênior, utilizado na gestão e movimentação do CD. Os contratos de software da Companhia, geralmente, são renovados anualmente.

Domínios

Os principais nomes de domínio utilizados pela Companhia são: (a) grazziotin.com.br; (b) tottal.com.br; (c) francogiorgi.com.br; (c) pormenos.com.br; (d) centrosshopping.com.br; (e) grazziotinfanciadora.com.br; (f) lojasgrazziotin.com.br; (g) grupograzziotin.com.br; (h) gztexpress.com.br; (i) gztstore.com.br; (j) gztmarketplace.com.br; (k) lojaogzt.com.br; (l) lojasgzt.com.br.

Os domínios da Companhia têm prazo de validade entre 1 e 10 anos.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

ii. em favor de partidos políticos

iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

A Companhia não efetuou nenhuma contribuição financeira em favor de ocupantes ou candidatos políticos, em favor de partidos ou para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

Não se aplica, pois não temos transação com outros países.

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Não se aplica, pois não temos transação com outros países.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios do emissor

Não se aplica, pois não temos transação com outros países.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

A Companhia busca a transparência no reporte de informações sociais e ambientais, divulgando anualmente seu relatório ESG.

Ademais, estamos atualmente em processo de adaptação, para atender as novas exigências legais e, nos próximos anos, implementar os padrões internacionais IFRS S1 e IFRS S2.

b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

A metodologia adotada assegura a relevância e a materialidade das informações divulgadas, alinhando-se às melhores práticas internacionais. Adicionalmente, serão incorporadas nos próximos relatórios as normas IFRS S1 e IFRS S2.

c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

As informações do Relatório ESG 2023, não foi revisado por entidade independente, mas futuramente será revisado conforme prevê as normas IFRS S1 e IFRS S2.

d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

As informações podem ser encontradas no website da Companhia, em Governança/Informações ESG
[https:// www.grazziotin.com.br](https://www.grazziotin.com.br)

e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

A Companhia contratou uma consultoria para auxiliar na construção de uma matriz de materialidade e na construção de indicadores de desempenho ASG.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

A Companhia avaliou os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em suas atividades, no relatório divulgados em 2023. Com o destaque para o incentivo de comportamentos saudáveis e melhorar o acesso de nossos colaboradores aos cuidados com a saúde – ODS 3 (Saúde e Bem-Estar); Contribuir com a promoção da igualdade de gênero – ODS 5 (Igualdade de Gênero); Impactar positivamente indicadores de crescimento econômico e empregabilidade de forma sustentável – ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico); e Contribuir para o desenvolvimento sustentável de forma acessível e responsável para todos os públicos com os quais nos relacionamos – ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).

g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

Não foram consideradas no último Relatório. A Companhia irá avaliar a aderência.

h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

Não foi realizado inventário no último relatório.

I. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

i. a não divulgação de informações ASG

Não se aplica.

ii. a não adoção de matriz de materialidade

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

A Companhia contratou uma consultoria visando a melhoria das práticas e reporte ESG. A matriz de materialidade é um escopo que a companhia irá adotar.

iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Da mesma forma que a justificativa anterior, os indicadores chaves de desempenho ESG, estão sendo tratados na companhia e será uma adoção que está em nossos trabalhos.

iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

Após finalizarmos o diagnóstico das nossas práticas ESG, bem como iniciar os nossos planos de ação, iremos avaliar a contratação de auditoria.

v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Não se aplica.

vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

A Companhia irá avaliar o inventário de emissão de gases do efeito estufa.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não ocorreu.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

O Conselho de Administração homologou o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, referente a outorga do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, elevando o capital social da companhia de R\$ 422.533.384,01 (quatrocentos e vinte e dois milhões, quinhentos e trinta e três mil, trezentos e oitenta e quatro reais e um centavo) para R\$ 442.372.945,66 (quatrocentos e quarenta e dois milhões, trezentos e setenta e dois mil e novecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e seis centavos).

A assembleia Geral Ordinária, aprovou o aumento de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), da Reserva Estatutária, passando o capital social de R\$ 442.372.945,66 (quatrocentos e quarenta e dois milhões, trezentos e setenta e dois mil e novecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e seis centavos) para R\$ 562.372.945,66 (quinhentos e sessenta e dois milhões, trezentos e setenta e dois mil, novecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e seis centavos), sem a emissão de novas ações

Os documentos podem ser encontrados no site da companhia:

www.grazziotin.com.br/documentosCVM

1.13 Acordos de acionistas

Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

A Companhia possui um Acordo de Acionistas firmado em 14 de julho de 2015, com vigência de 15 anos.

O Acordo de Acionistas pode ser acessado através do link: https://www.grazziotin.com.br/wp-content/uploads/2022/09/ACORDO_ACIONISTAS1.pdf

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não ocorreu.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não ocorreu.

1.16 Outras informações relevantes

Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Na data de 27 de dezembro de 2018 o Governo brasileiro reconheceu como de seu interesse a participação estrangeira no capital social da Grazziotin Financiadora S.A. através do decreto nº 9.651, de 27 de dezembro de 2018.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 52, parágrafo único, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias,

DECRETA:

Art. 1º É do interesse do Governo brasileiro a participação estrangeira de até quarenta e nove por cento, de forma indireta, no capital social da Grazziotin Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos.

Art. 2º O Banco Central do Brasil adotará as providências necessárias para a execução do disposto neste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de dezembro de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER

Eduardo Refinetti Guardia

Ilan Goldfajn

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2. Comentários dos diretores

Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Administração da Companhia entende que as condições financeiras são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A Companhia possui saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras superior ao endividamento bruto.

Para a operação de seus negócios, bem como a expansão de suas atividades, as principais fontes de recursos financeiros utilizados pela Companhia residem no volume de recursos advindos da comercialização dos seus produtos – com a característica de forte geração de caixa e baixa inadimplência, e o uso efetivo na melhoria dos negócios.

Em regra, a Companhia normalmente trabalha com a filosofia de 90 dias de prazo para pagamento de seus fornecedores, prazo este semelhante aos concedidos aos seus clientes para pagamento dos produtos adquiridos.

A Diretoria entende que a Companhia continua apresentando sólidas condições financeiras e patrimoniais, suficientes para manter sua política de crescimento sustentado e cumprir suas obrigações de curto e médio prazo.

Aspecto importante para a condição financeira e patrimonial da Companhia está no fato de que, ao longo dos anos desenvolveu e consolidou um modelo de negócios pulverizado. É estruturada para o autoatendimento. Os esforços de construção de sólido relacionamento de negócios, aliados à pulverização da base de clientes, tem permitido realizar vendas a prazo para os mesmos com um nível de inadimplência pouco significativo.

O investimento em imóveis para instalação de lojas faz parte da estratégia da Companhia, pois em algumas cidades, é melhor, senão a única maneira de se estabelecer ou se manter.

As condições acima, que se aplicam tanto às demonstrações do emissor, como as demonstrações financeiras consolidadas, e não foram alteradas de forma relevante, nos últimos três exercícios.

Abaixo fornecemos dados comparativos dos três últimos exercícios.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Exercício Social	2024	2023	2022
Patrimônio líquido	952.978	884.239	832.361
Receita líquida	728.592	676.829	682.351
Resultado bruto	384.966	351.560	371.816
Resultado líquido	104.649	95.652	119.071
EBITDA	144.980	129.162	142.596
Margem EBITDA	19,9	19,1	20,9
Disponibilidade	207.188	168.715	125.350
Índice de liquidez corrente	2,47	2,28	2,45
Endividamento contábil	26,67%	28,27%	25,60%

b. estrutura de capital

O Patrimônio Líquido da Companhia ao final dos exercícios de 2024, 2023 e 2022 era respectivamente de R\$ 952.978 R\$ 884.239 e R\$ 832.361, demonstrando uma trajetória de crescimento constante, compatível com os resultados gerados ao longo destes exercícios.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o seu perfil de endividamento, seu fluxo de caixa e posição de liquidez, a Companhia tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores nos últimos três exercícios, e a serem pagos nos próximos meses. Sempre operamos privilegiando a liquidez.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Seguimos com as nossas próprias operações como principal recurso para capital de giro, investimentos e ativos não circulante.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Não se aplica. Não aconteceram nos últimos três exercícios. Não temos previsão de deficiência de liquidez, pois a geração de recursos, em nossas próprias operações, é suficiente.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

i. contratos de empréstimos e financiamento relevantes

Consoante o item “d” acima, a companhia realizou empréstimo no exercício 2022, sendo já integralmente pago.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não possuímos outras relações de longo prazo com instituições financeiras nos últimos três exercícios.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação entre dívidas.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não existem eventuais restrições impostas ao emissor, neste quesito.

g. limites dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Não existem financiamentos relevantes contratados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

2022
As alterações significativas foram:
Ativo: Contas a receber, caixa e equivalente de caixa, impostos a recuperar, investimento, ativo direito de uso e imobilizado.
Passivo: Juros sobre o capital próprio a pagar, arrendamento mercantil
Patrimônio Líquido: Capital Social
2023
As alterações significativas foram:
Ativo: Estoque, disponibilidade e imobilizado.
Passivo: Juros sobre o capital próprio a pagar
Patrimônio Líquido: Capital Social
2024
As alterações significativas foram:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Ativo: Caixa, Impostos a Recuperar, IRPJ e CSLL a Recuperar, intangível
Passivo: Fornecedores, Impostos Diferidos
Patrimônio Líquido: Capital social

2.2 Resultados operacional e financeiro

a. resultados das operações do emissor, em especial:

O ano de 2024 se caracterizou por inflação e taxa de juros ainda elevados, com endividamento das famílias em níveis recordes, bem como pela transição de um novo governo, que trouxe mudanças na política econômica do País. Estes fatores tiveram impacto relevante no poder de compra dos consumidores e na sua capacidade de pagar dívidas, assim como na dinâmica dos negócios.

i. descrição de quaisquer componentes importante da receita

2022
Tivemos um aumento nas receitas de 14,19 % em relação ao ano anterior.
2023
Tivemos uma diminuição nas receitas de 1,09% em relação ao ano anterior.
2024
Tivemos um aumento nas receitas liquidas de 7,65 % em relação ao ano anterior.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

2022
Ano 2022: As despesas com vendas aumentaram 25,36%, e o principal efeito para esse aumento foi colaboradores (aumento de 20,78%), as despesas com propaganda aumentaram 45,40% e a perda líquida (PDD) tiveram um aumento de 90,87%
DESPESAS As despesas administrativas aumentaram 19,59% neste grupo ordenados aumentou 22,20%, despesas com treinamento 132%, a conta de assessoria externa aumentou em 84,30%.
2023
Ano 2023: As Despesas com Vendas totalizaram 206,7 milhões, marcando um crescimento de 12,4% comparado ao ano de 2022. Esta elevação se deve principalmente ao aumento das contas de Despesa com Pessoal, não recorrente (valores de INSS), Despesas de Aluguel e Depreciação e Amortização, em virtude dos investimentos na reforma de lojas e abertura de novas filiais
DESPESAS As Despesas Gerais e Administrativas registraram redução de -7,6%

2.2 Resultados operacional e financeiro

comparado ao ano anterior. A redução deve-se ao reconhecimento dos custos da operação da logística como Custos Indiretos de Mercadorias vendidas. Sem este efeito as Despesas Gerais e Administrativas tiveram um aumento de 9,7%.

2024
Ano 2024: As despesas com vendas apresentaram um crescimento de 6%, principalmente pelo incremento nas despesas com materiais de uso e consumo, manutenção de prédios e instalações, desenvolvimento de colaboradores e transporte de mercadorias.
O lucro operacional cresceu 49,5%, ocasionado pela melhora no lucro bruto e pela redução das perdas líquidas do contas a receber. Desconsiderando os créditos tributários o crescimento foi de 33,2%.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

O segmento de moda tem nos seus produtos, ciclos de vida extremamente curtos, com alterações que dificultam a comparação de preços de um período para outro. Desta forma, ainda que a inflação para o consumidor, medida pelo IPCA (índice utilizado pelo governo para metas de inflação), tenha ficado em 4,83% em 2024 (4,62% em 2023), não se pode atribuir a ela impacto direto nos preços de vendas, assim como na receita apresentada pela Companhia.

Da mesma forma, comparar ou atribuir crescimento de receita por conta de alterações de volumes pode levar a conclusões inadequadas, uma vez que não necessariamente se está ofertando os mesmos produtos de um período para outro. Os preços dos produtos no inverno são bem mais elevados do que os preços dos produtos no verão.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A inflação pode afetar os resultados operacionais da Companhia, com o aumento nos custos dos insumos das mercadorias, podendo impactar o preço final de venda. Variações na taxa de câmbio e na taxa de juros também podem afetar de maneira positiva ou negativa os resultados operacionais e financeiros da Companhia. Embora as variações dos fatores acima possam afetar seus resultados operacionais, a Companhia entende que melhorias nos processos que são continuamente implementadas e a consolidação do modelo integrado (Indústria, Varejo e Operação Financeira)

2.2 Resultados operacional e financeiro

propiciam alternativas para neutralizar eventuais impactos negativos causados pela inflação, taxa de juros e câmbio.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não ocorreu, e não há previsão de ocorrências relevantes nos últimos três exercícios.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não ocorreu, e não há previsão de ocorrências relevantes nos últimos três exercícios.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve.

c. eventos ou operações não usuais

Não ocorreram ocorrências relevantes nos últimos três exercícios.

2.5 Medições não contábeis

Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

Em R\$ mil	2024	2023
EBITIDA	134.624	106.720
Margem EBITIDA	19,42%	16,66%
EBTIDA Total Ajustado	137.808	109.544
Margem EBTIDA Total Ajustado	19,88%	17,10%

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Reconciliação do EBITDA (em R\$ mil)	2024	2023
Receita operacional líquida	693.320	640.459
Resultado Líquido do Exercício	104.649	95.652
(+) Provisão p/pgto de IRPJ e CSLL	11.973	9.301
(+) Depreciação e Amortização	59.947	56.776
(-) Resultado Financeiro Líquido	-41.945	-55.009
EBTIDA	134.624	106.720
Margem EBITDA	19,42%	16,66%
(+) Plano de Opção de Compra de Ações	1.143	1.075
(+) Participação dos Administradores	2.041	1.749
EBTIDA Total Ajustado	137.808	109.544
Margem EBTIDA Total Ajustado	19,88%	17,10%
(-) Despesas Financeiras de Arrendamento	-14.242	-13.021

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Apesar de o EBITDA não ser medido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou as IFRS, ele é utilizado pela administração da Companhia para medir desempenho operacional desta.

A administração entende que o EBITDA é a medida mais apropriada, pois é um indicador extraído das demonstrações dos resultados, comumente utilizado pela Companhia, por investidores e analistas

2.5 Medições não contábeis

como indicador de desempenho operacional, permitindo maior comparabilidade de negócios semelhantes ao da Companhia.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

2022:

A Companhia contratou em 19 de janeiro de 2022, um empréstimo no valor de R\$ 25.000 (vinte e cinco milhões de reais) com finalidade de capital de giro, com vencimento em parcela única para 180 dias após o recebimento do valor.

No dia 25/01/2022 foi realizado a assembleia geral extraordinária e foi aprovado o cancelamento das ações em tesouraria que foram adquiridas no último programa de recompre realizado pela Companhia. Foram canceladas o total existente de 280.400 ações, sendo 19.800 ações ordinárias e 260.600 ações preferenciais, sem redução do capital social.

O capital social da Companhia de R\$ 291.777 (duzentos e noventa e um milhões, setecentos e setenta e sete mil reais), passou a ser dividido em 19.316.303 (dezenove milhões, trezentas e dezesseis mil e trezentas e três) ações, sendo 8.071.571 (oito milhões, setenta e uma mil e quinhentas e setenta e uma) ações ordinárias e 11.244.732 (onze milhões, duzentas e quarenta e quatro mil e setecentas e trinta e duas) ações preferencias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Na mesma assembleia extraordinária foi aprovado a alteração do parágrafo quarto do artigo 34 e do caput do artigo 35, do Estatuto Social para que a Companhia possa optar pelo regime trimestral de tributação para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social, bem como levantar balanços trimestrais e declarar dividendos e juros sobre o capital próprio.

2024:

Impactos estimados da adoção da Resolução 4.966/21 e demais normas relacionadas

A adoção da Resolução CMN nº 4.966/21 e normas relacionadas pela Grazziotin

Financeira, controlada indireta, envolve uma transição significativa em suas práticas

contábeis, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento e classificação de

instrumentos financeiros e provisões para perdas esperadas. As principais etapas do

processo de implementação ocorrerão em 2024 e incluem avaliações de ativos,

modelagem de perdas, desenvolvimento de sistemas e análise dos impactos financeiros.

Principais Impactos Esperados:

2.6 Eventos subsequentes as DFs

1. Provisão para Perda Esperada:

Espera-se um aumento na provisão para perdas esperadas, com um impacto de até 4,45% sobre a carteira de crédito. Este aumento afetará diretamente os resultados de 2025.

2. Impacto no Patrimônio Líquido:

A transição resultará em uma redução de 6,41% no patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais. A alteração no patrimônio será escalonada ao longo dos anos até 2028.

3. Mudanças no COSIF:

O Banco Central reformulou o Plano Contábil do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), com novos critérios de classificação contábil, impactando a estrutura e as rubricas contábeis das instituições financeiras.

4. Metodologia de Provisões:

A transição para a metodologia de perdas esperadas implica em uma revisão dos critérios de provisões, com pisos regulatórios progressivos até 2028.

5. Índice de Basileia:

O aumento nas provisões impactará o Índice de Basileia, e a instituição implementará ajustes graduais conforme as novas exigências de capital e provisões.

Estratégia de Diluição:

A Financeira planeja mitigar os impactos do aumento das provisões revisando a precificação das novas operações de crédito em 2025.

Em resumo, a transição para a Resolução CMN nº 4.966/21 e suas normativas relacionadas exigirá ajustes na gestão de provisões e na estrutura contábil da instituição, com impactos financeiros diretos no patrimônio líquido e no resultado de 2025.

2.7 Destinação de resultados

Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros

A Companhia segue os termos previstos no art. 34 do Estatuto Social, deliberações aprovadas pelos seus acionistas, bem como em conformidade com a Lei nº 6.404/76.

A Companhia segue os termos previstos no art. 34 do Estatuto Social, deliberações aprovadas pelos seus acionistas, bem como em conformidade com a Lei nº 6.404/76.

Do lucro líquido resultante, 5% será aplicado na constituição da Reserva Legal, a qual não excederá o importe de 20% do Capital Social. Da diferença ajustada pelas importâncias destinadas à formação de reservas para contingências e para lucros a realizar, e, respectivas reversões nos termos legais, se for o caso, 25% será atribuído ao pagamento do dividendo obrigatório devido às ações ordinárias e às ações preferenciais, e, o restante que não for apropriado à reserva estatutária de que trata o § 2º infra, ou, retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral, será destinado como dividendo suplementar aos acionistas.

A Reserva de Investimentos terá por finalidade investimentos em bens de ativo permanente nas atividades essenciais ao objeto da sociedade. Será formada com parcela anual mínima de 10% do saldo do lucro ajustado após dele deduzido o dividendo obrigatório e a parcela destinada ao pagamento de “juros sobre o capital próprio” quando praticado. Terá como limite máximo importe que não poderá exceder, em conjunto com as demais reservas, o valor do capital social, nem prejudique o direito dos acionistas preferenciais de receber os dividendos mínimos.

A Assembleia Geral, quando entender suficiente o valor da dita reserva estatutária, poderá destinar o excesso para distribuir aos acionistas.

b. regras sobre distribuição de dividendos

25% será atribuído ao pagamento do dividendo obrigatório devido às ações ordinárias e às ações preferenciais.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

Nos exercícios sociais de 2024, 2023 e 2022, a Companhia distribuiu dividendos em forma de juros sobre o capital próprio, conforme deliberações do Conselho de Administração trimestralmente, semestralmente e anualmente. Todos os proventos foram pagos após deliberação da Assembleia Geral Ordinária. Nos termos do Estatuto Social, a Companhia poderá levantar balanços trimestrais ou

2.7 Destinação de resultados

semestrais e por deliberação do Conselho de Administração declarar dividendo à conta de lucro assim apurado, bem como declarar dividendo à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, respeitados os limites legais. Quando declarados dividendos intermediários, em percentual não inferior ao obrigatório, o Conselho de Administração poderá autorizar, *ad referendum* da Assembleia, participação proporcional aos administradores.

Exercício Social 2024	Exercício Social 2023	Exercício Social 2022
Anual	Anual	Anual

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não há restrições.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A companhia não possui uma política de destinação de resultados.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não se aplica, pois a Companhia não tem carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidade.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não se aplica, pois não existem contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor.

iii. contratos de construção não terminada

Não se aplica, pois não existem contratos de construção não terminada relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica, pois não existem contratos de recebimento futuros de financiamento não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica, pois não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

Não aplicável, pois a Diretoria entende que não há ativos e passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia nos exercícios sociais findos em 2024, 2023 e 2022.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável, pois a Diretoria entende que não há ativos e passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia nos exercícios sociais findos em 2024, 2023 e 2022.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, pois a Diretoria entende que não há ativos e passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia nos exercícios de 2024, 2023 e 2022.

2.10 Planos de negócios

Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Descrição	2023	2024
Terrenos	4.559	-
Prédios e Construções	-	-
Equip e Inst. Comerciais	23.969	35.858
Equip. e Inst. Administrativas	7.450	9.313
Equip. de Informática	1.429	1.429
Veículos	144	2.419
Benf. Imóveis Locados	17.459	1.022
Intangível	794	-

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os Diretores esclarecem que os investimentos serão financiados, principalmente, pela geração de caixa decorrente das operações da Companhia. Não obstante essas fontes de financiamento terem sido suficientes no passado, no futuro, caso os Diretores julguem pertinente, a Companhia poderá utilizar de outras fontes de financiamento como o mercado de capitais ou contratar financiamentos com instituições financeiras com as quais tem relacionamento para financiar eventuais investimentos.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Os Diretores informam que não há previsão de aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia no exercício social de 2025.

c. novos produtos e serviços, indicando:

2.10 Planos de negócios

Não aplicável, tendo em vista que não há planos, no momento, de serem oferecidos novos produtos e/ou serviços.

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montante totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia possui diversas iniciativas relacionadas a questões ASG em seu plano de negócios, que são detalhadamente apresentadas no relatório de sustentabilidade da Companhia, estão relacionadas em sua maioria aos seguintes temas: ecoeficiência operacional e circularidade (resíduos e energia); mudanças climáticas; diversidade; inclusão e bem estar no ambiente de trabalho; acessibilidade financeira; inovação e tecnologia com foco no cliente; cadeia de valor responsável; governança, ética e transparência; e segurança e privacidade de dados.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outros fatores que a Companhia julgue relevante em relação ao item 2 que não tenham sido divulgadas nos demais itens.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3. Projeções

As projeções devem identificar:

a. objeto da projeção

A empresa não divulga projeções.

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

A empresa não divulga projeções.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

A empresa não divulga projeções.

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

A empresa não divulga projeções.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

A empresa não divulga projeções.

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

A empresa não divulga projeções.

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

A empresa não divulga projeções.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância:

a. ao emissor Dificuldade em manter os nossos princípios no processo de expansão

A Companhia tem como princípio fundamental o reconhecimento de que “O ser humano como maior valor”, refletido em sua cultura organizacional e em todas as suas práticas de gestão. Nesse sentido, o desafio de atrair, desenvolver e reter colaboradores que estejam alinhados aos valores, princípios éticos e expectativas de desempenho da organização é um fator crítico para a sustentabilidade do negócio.

Uma eventual dificuldade em manter um número suficiente de profissionais qualificados e comprometidos com os pilares da Companhia pode resultar em impactos negativos, como:

- Redução da qualidade no atendimento ao cliente, prejudicando a experiência de compra;
- Queda na produtividade e no desempenho operacional;
- Desalinhamento entre as equipes e os objetivos estratégicos da Companhia;
- Comprometimento da imagem institucional e enfraquecimento da marca.

A Companhia entende que sua cultura organizacional consolidada e a força da marca Grazziotin são ativos intangíveis essenciais à execução de seus planos de crescimento e continuidade. O insucesso em preservar, reforçar e transmitir esses elementos culturais, especialmente em momentos de expansão, transformação digital ou sucessão de lideranças, pode afetar adversamente seus negócios e resultados operacionais.

Dificuldade no crescimento de vendas e operações nas lojas

O desempenho das vendas no varejo físico está sujeito a uma série de variáveis que podem impactar o crescimento orgânico da Companhia. Entre os principais fatores que podem influenciar negativamente o resultado das lojas estão:

- (i) Capacidade de antecipar e responder às tendências de moda e consumo: no segmento de vestuário e utilidades, a agilidade na adaptação ao comportamento do consumidor é essencial para garantir a atratividade dos produtos e evitar obsolescência de estoque;
- (ii) Capacidade de atrair novos clientes e fidelizar os atuais: especialmente em mercados com elevada concorrência e consumidores cada vez mais sensíveis a preço, crédito e experiência de compra;

4.1 Descrição dos fatores de risco

- (iii) Confiança do consumidor: influenciada por fatores macroeconômicos, como inflação, juros, renda e emprego, que afetam diretamente a propensão ao consumo, sobretudo nas vendas a prazo;
 - (iv) Conjuntura econômica das regiões atendidas: a Companhia atua em sua maioria em municípios de pequeno e médio porte nos três estados do Sul do Brasil, onde oscilações locais no poder de compra ou na atividade econômica impactam as operações;
 - (v) Possível canibalização entre lojas: a abertura de novas unidades em áreas com presença prévia da Companhia pode impactar temporariamente o desempenho de lojas já existentes, exigindo análise cuidadosa na estratégia de expansão;
 - (vi) Concorrência crescente: tanto de redes regionais quanto de comércios locais e plataformas digitais, que disputam o mesmo perfil de público, frequentemente com políticas promocionais agressivas;
 - (vii) Sazonalidade e datas comemorativas: o calendário comercial é determinante para o fluxo de clientes e o giro de produtos, com períodos de maior concentração de vendas, como maio (Dia das Mães) e dezembro (Natal), e meses de demanda mais fraca, como fevereiro e setembro;
 - (viii) Variações climáticas: o comportamento climático afeta diretamente as vendas sazonais de vestuário, principalmente nas coleções de outono/inverno, em um setor sensível a alterações inesperadas nas temperaturas;
 - (ix) Ocorrência de pandemias ou crises sanitárias: que podem resultar em restrições de funcionamento do comércio, mudanças no perfil de consumo e impactos relevantes na operação das lojas físicas.
- A Companhia busca mitigar esses riscos por meio de planejamento estratégico, diversificação geográfica, investimentos em sistemas de gestão, fortalecimento da análise de crédito, agilidade na reposição de mercadorias e ações voltadas à fidelização do cliente.

Dificuldades nossas atividades de marketing e publicidade

O sucesso das operações da Companhia está diretamente relacionado ao fluxo constante de clientes em suas lojas físicas, o que depende, em grande medida, da eficiência das estratégias de marketing e comunicação adotadas. Para estimular esse movimento, a Companhia realiza investimentos contínuos em ações publicitárias e promocionais, com o objetivo de fortalecer suas marcas, ampliar a visibilidade de suas campanhas e atrair o público-alvo de forma segmentada e eficiente.

O desempenho das vendas e, conseqüentemente, dos resultados operacionais da Companhia está atrelado à sua capacidade de:

4.1 Descrição dos fatores de risco

- Identificar e compreender o perfil do consumidor, com base em dados regionais e hábitos de compra;
- Definir mensagens publicitárias atrativas, coerentes com os valores e posicionamento das marcas;
- Escolher os canais de comunicação mais adequados, considerando o alcance, o custo e a efetividade, seja em mídias tradicionais, digitais ou ações no ponto de venda;
- Promover campanhas que estimulem o conhecimento, o desejo e a fidelização do cliente, especialmente em períodos sazonais e de alta competitividade.

Caso as ações de marketing e propaganda não sejam bem planejadas, executadas ou direcionadas corretamente, a Companhia poderá enfrentar dificuldades em gerar tráfego qualificado nas lojas, o que pode resultar em queda nas vendas e impacto negativo sobre seus indicadores operacionais e financeiros.

Integração de nossos canais e transformação digital no E-commerce

A Companhia realiza suas operações predominantemente por meio de lojas físicas, estando em processo contínuo de aprimoramento de sua estratégia multicanal, com o objetivo de integrar, de forma eficaz, os diversos canais de relacionamento, venda e atendimento ao cliente.

Uma eventual incapacidade de integrar plenamente os canais físicos e digitais — nos aspectos comerciais, logísticos, de comunicação e marketing — pode comprometer a experiência do cliente, limitar a competitividade da Companhia e impedir que se obtenham todos os benefícios esperados de uma atuação multicanal. Tal cenário poderia afetar negativamente os negócios, resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

Adicionalmente, o sucesso no ambiente digital exige capacidade de adaptação à transformação tecnológica constante, com investimentos contínuos em plataformas, sistemas, segurança da informação, e estratégias de engajamento. A Companhia reconhece que, caso não acompanhe a velocidade das mudanças digitais, poderá se tornar menos competitiva no comércio eletrônico, especialmente diante de concorrentes que utilizem mídias sociais, canais de divulgação e ferramentas analíticas de forma mais eficiente.

A expansão dos canais digitais de venda também eleva a dependência de soluções tecnológicas, cuja complexidade e necessidade de atualização contínua podem representar desafios operacionais e

4.1 Descrição dos fatores de risco

financeiros. Caso não sejam adequadamente gerenciados, esses fatores podem impactar o crescimento das vendas online e os resultados da Companhia nesse segmento.

Abastecimento nas lojas

Quanto ao abastecimento, podemos ter dificuldades na reposição de nossas lojas, seja por falha sistêmica ou dificuldades no sistema logístico, que se ampara no sistema rodoviário nacional que é nossa única opção de transporte hoje. Como resultado dos fatores acima elencados, dentre outros, podemos não ser capazes de manter o ritmo de crescimento de vendas por lojas temporariamente, por razões que não podemos controlar e não possuímos alternativas viáveis, o que pode impactar negativamente os nossos negócios e resultados operacionais.

Central de Distribuição

Nossa central de distribuição se localiza em nossa sede em Passo Fundo/RS, junto à administração central. Quase a totalidade de nossos produtos passa por esta central. Na ocorrência de eventos negativos como condições climáticas, problemas nas estradas, greves, entre outras que fogem ao nosso controle, pode ocorrer sobre carga em seu fluxo, o que geraria atrasos no recebimento/entrega/distribuição, com consequência em nossas vendas e nos resultados. A Companhia depende de mão de obra terceirizada para transporte para receber e levar as mercadorias às lojas.

Continuidade das lojas físicas

A grande parte dos imóveis onde funcionam nossas lojas é objeto de contrato de locação, que variam de 5 (cinco) a 10 (dez) anos, podendo ser renovados nos termos da Lei de Locações. Uma vez que a localização estratégica de nossas lojas é um fator de grande relevância para o desenvolvimento da nossa estratégia comercial, se um número expressivo de contratos de locação for rescindido ou não for renovado, poderemos ser afetados negativamente.

Sistema de Informações

A empresa depende intensamente de sistemas de gerenciamento de informações, seja para efetuar negócios, ou para atender a complexidade fiscal e tarefas burocráticas. Os sistemas, equipamentos e a rede de dados são vitais na operação diária. A empresa toma atitudes proativas quanto ao assunto, mas podem ocorrer situações que fogem do controle, seja nas condições climáticas, de conflitos de qualquer natureza, a existência de vírus virtuais, de indisponibilidade de comunicação, de falhas em

4.1 Descrição dos fatores de risco

equipamentos, sistemas em nossas lojas, canais do e-commerce que impeçam o faturamento e o da espécie de acidentes, situações que são aplicáveis a qualquer empresa. Ao longo dos anos, melhoramos e implementamos novos sistemas, com novos parceiros, investimos em equipamentos e atualizamos a infraestrutura do Data Center. A indisponibilidade de qualquer dos serviços, sistemas ou equipamentos, prejudica a realização dos negócios, a administração e abastecimento dos estoques nas lojas e o gerenciamento financeiro.

Banco de Dados

A Companhia possui, armazenadas em seu banco de dados, informações confidenciais de clientes, colaboradores e prestadores de serviços às quais podem ser violadas caso os sistemas de segurança da informação da Companhia sofram ataques cibernéticos, ou outro meio de vazamento. Qualquer comprometimento dos sistemas de segurança da Companhia poderá prejudicar a sua reputação e a sua marca, expondo-as a situações de litígio, nas quais poderão ser obrigadas a indenizar a parte prejudicada, afetando, assim, negativamente, os seus resultados operacionais.

A Lei nº 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados – “LGPD”), prevista a entrar em vigor a partir de agosto de 2021. Caso não conseguirmos atender plenamente aos dispositivos desta legislação, estaremos sujeitos às sanções de advertência, obrigação de divulgação de incidente, eliminação de dados pessoais e multas significativas de até 2% das nossas vendas, limitado a R\$ 50 milhões por infração. Ainda a LGPD estabelece, entre outros temas, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis ao tratamento de dados pessoais, requisitos para obtenção de consentimento, obrigações e requisitos relativos à incidente de segurança, vazamentos e transferência de dados pessoais, bem como prevê a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Dessa forma, o Emissor pode ter dificuldades para se adequar à nova legislação ou incorrer em custos adicionais, tendo em vista as novas obrigações a serem cumpridas.

Preferência do Consumidor

As preferências do consumidor são voláteis e se alteram ao longo dos tempos. Mesmo durante uma estação (verão ou inverno), devemos estar atentos a estas mudanças, oferecendo mercadorias a preços atrativos, e em modelagem que os atenda (cor, tamanho e outros). Podemos não identificar tendências na mesma velocidade em que elas ocorrem, e nossos fornecedores podem não estar aparelhados a dar um suporte rápido no caso de demandas adicionais. Como resultado, podemos ter que baixar preços dos produtos, resultando em menores margens, ou perder vendas, por falta de produtos. Nossas lojas geralmente competem quanto ao preço, à qualidade, ao serviço ao cliente bem

4.1 Descrição dos fatores de risco

como às promoções, e localização da loja. Nosso sucesso financeiro depende de nossa habilidade de antecipar e responder rapidamente a essas mudanças e tendências, bem como às preferências do cliente. Se não mudarmos nossos produtos para adequá-los ao gosto do cliente, poderemos ficar com mercadoria em estoque e não as vender a um valor lucrativo, assim como poderemos perder vendas.

Condições Climáticas e agronegócios na região Sul

O negócio de varejo de vestuário é suscetível às condições climáticas. Períodos prolongados de temperaturas mais altas durante o inverno ou mais frias durante o verão podem deixar uma parte dos estoques das lojas de varejo da moda incompatível com tais condições inesperadas. Nesta década, ocorreram grandes secas na região Sul do País, que afetaram o agronegócio, e em consequência, nossas vendas, e nosso nível de inadimplência. Tais eventos são de difícil previsão e medição, mas quando ocorrem podem ter efeitos adversos, ainda que temporários, em nossos resultados. Quando ocorre um inverno longo e frio, se reflete de modo positivo em nossos negócios. Desta forma, períodos de clima alterado podem nos compelir a vender o excesso de nossos estoques por preços descontados, reduzindo assim nossas margens, o que pode ter um efeito adverso em nossas operações e situação financeira.

Condições Climáticas/Inundações

A Companhia possui operações concentradas na Região Sul do Brasil, onde eventos climáticos intensos, como chuvas excessivas, alagamentos e enchentes, têm se tornado mais frequentes e severos nos últimos anos, reflexo das mudanças no padrão climático. Como exemplo, cita-se o desastre climático ocorrido a partir de abril de 2024, que impactou diversas cidades da região.

Embora os eventos recentes não tenham causado danos significativos às operações da Companhia, situações dessa natureza representam potencial risco para o funcionamento de lojas, centros de distribuição e rotas logísticas, podendo acarretar:

- Danos estruturais aos imóveis e instalações;
- Perda ou avaria de produtos em exposição ou em estoque;
- Interrupções no abastecimento e atrasos na reposição de mercadorias;
- Redução no fluxo de clientes e impacto na economia local.

A contratação de seguros contra enchentes tem se mostrado desafiadora em determinadas localidades, em razão de altos custos ou restrições de cobertura por parte das seguradoras. Diante disso, a Companhia adota medidas preventivas, como a análise técnica de risco climático para a

4.1 Descrição dos fatores de risco

abertura de novos pontos comerciais, buscando mitigar impactos futuros e preservar a continuidade operacional.

Perdas não cobertas pelos seguros contratados

A Companhia mantém apólices de seguro para cobertura de riscos relevantes, conforme avaliação de sua exposição operacional e patrimonial. No entanto, não há garantia de que as coberturas contratadas estarão sempre disponíveis no mercado ou serão suficientes para cobrir integralmente os danos decorrentes de eventuais sinistros.

Além disso, determinados tipos de eventos — tais como caso fortuito, força maior, eventos climáticos extremos ou interrupções prolongadas de atividades operacionais — podem não estar contemplados nas apólices vigentes ou podem estar sujeitos a limitações e exclusões de cobertura impostas pelas seguradoras.

No caso específico da controlada Floresta Grazziotin Ltda., não há contratação de seguros sobre as áreas florestais, uma vez que esse tipo de cobertura apresenta baixa aceitação no mercado segurador brasileiro, seja por critérios técnicos das seguradoras, seja por elevado custo das apólices disponíveis.

Dificuldade de registros, autorizações, licenças e alvarás para a instalação e a operação das nossas lojas

Dependemos de autorizações, licenças e alvarás, relacionados à operação das nossas lojas. Parte desses documentos possui prazos de validade e deve ser renovada. Devido ao número de etapas necessárias para obter e renovar registros, licenças, permissões e autorizações, ou, em alguns casos planos de ações corretiva para cumprir alguma determinação, juntamente com o tempo de resposta de certos órgãos administrativos, podemos ser incapazes de obter ou renová-los, inclusive de fazê-los em tempo hábil.

A não obtenção ou renovação poderá nos sujeitar a multas, impedimento de abertura de nossas lojas e fechamento das nossas lojas, ainda, expor-nos, bem como os nossos representantes, a sanções criminais, em caso de exercício de atividades sem as devidas licenças e autorizações.

Não pagamento de dividendos aos acionistas

Nos termos do Estatuto Social da Companhia e da legislação aplicável, a Companhia deve distribuir aos seus acionistas, anualmente, pelo menos 25% do lucro líquido ajustado, na forma de dividendos obrigatórios, conforme previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

4.1 Descrição dos fatores de risco

No entanto, a Companhia poderá, em determinadas circunstâncias previstas em lei, não distribuir dividendos em determinado exercício social. Isso pode ocorrer, por exemplo, quando o lucro líquido for destinado à compensação de prejuízos acumulados, capitalização ou constituição de reservas, conforme autorizado pela legislação societária.

Adicionalmente, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral Ordinária, com base em proposta fundamentada do Conselho de Administração, poderá deliberar pela retenção dos lucros e pela não distribuição de dividendos, caso entenda que a distribuição não seja recomendável diante da situação financeira da Companhia, de seu plano de investimentos ou de sua necessidade de liquidez.

Assim, embora a Companhia mantenha o compromisso com a geração de valor para os acionistas, não há garantia de que dividendos serão pagos em todos os exercícios, ainda que a Companhia apure lucro líquido.

Riscos na concessão de crédito

A Companhia está exposta a riscos de inadimplência e fraudes na concessão de crédito, especialmente nas vendas parceladas realizadas diretamente nas lojas, modalidade relevante para o modelo de negócio adotado no setor varejista.

As vendas a prazo representam uma parcela significativa da receita líquida, sendo um importante diferencial competitivo para atrair e fidelizar consumidores. No entanto, esse formato também expõe a Companhia a riscos financeiros, caso não haja controle adequado na análise de crédito e na gestão da carteira.

Além disso, o desempenho da Companhia pode ser adversamente impactado por mudanças na política econômica nacional, especialmente se houver a adoção de medidas governamentais que restrinjam o acesso ao crédito por parte da população, como aumento das taxas de juros, redução da oferta de crédito ou elevação de exigências regulatórias para concessão.

Fatores externos, como crises econômicas, instabilidades políticas, desastres naturais ou eventos de grande impacto social, podem provocar queda na renda do consumidor, aumento da inadimplência e redução da demanda por compras parceladas, afetando diretamente o volume de vendas e os resultados operacionais da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Riscos de capacitação

A Companhia reconhece que a capacitação técnica e comportamental de seus colaboradores é fator determinante para o cumprimento eficaz das obrigações operacionais e legais, bem como para a qualidade da experiência do cliente nas lojas.

A eventual falta de qualificação ou preparo adequado das equipes pode gerar riscos, tais como:

- Descumprimento de rotinas operacionais padronizadas;
- Falhas no atendimento às exigências legais e regulatórias;
- Deficiências na execução de estratégias comerciais, ações de marketing e relacionamento com o cliente;
- Dificuldade na captação e fidelização de consumidores, afetando diretamente o desempenho das vendas.

Esse risco é especialmente relevante nas unidades de varejo, onde a performance da loja depende da atuação ativa dos colaboradores no ponto de venda, incluindo a apresentação de produtos, o uso das ferramentas de crédito, a reposição de estoque e a condução de campanhas promocionais.

b. a seus acionistas, em especial os acionistas controladores

O acionista controlado da Companhia, conforme identificado no item 6.1(a) deste Formulário de Referência, detêm poder decisório relevante sobre os rumos estratégicos e societários da Grazziotin S.A., inclusive a eleição da maioria dos membros do Conselho de Administração. Salvo nos casos em que a legislação aplicável ou o Estatuto Social estabeleçam quóruns qualificados ou restrições específicas — especialmente no tocante ao conflito de interesses no exercício do voto —, os controladores têm a possibilidade de influenciar diretamente as deliberações em assembleia geral, incluindo:

- Aprovação de operações com partes relacionadas;
- Reorganizações societárias;
- Alterações estruturais relevantes;
- Definição do momento e da forma de pagamento de dividendos futuros, respeitado o dividendo mínimo obrigatório previsto na Lei das Sociedades por Ações.

É possível que, em determinadas circunstâncias, os interesses dos acionistas controladores não coincidam integralmente com os interesses dos demais acionistas minoritários, o que pode influenciar

4.1 Descrição dos fatores de risco

decisões estratégicas que priorizem a visão ou os objetivos do bloco de controle, ainda que em conformidade com a legislação vigente. Isso pode, eventualmente, impactar adversamente os negócios, as operações ou o valor percebido pelos demais investidores da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia mantém relações comerciais com partes relacionadas, incluindo suas controladas. Tais operações são realizadas dentro de condições de mercado e seguem critérios técnicos e de governança, mas, como em qualquer relação entre partes relacionadas, podem representar risco de conflito de interesses.

c. a suas controladas e coligadas

Parte relevante da receita da Companhia decorre do **resultado operacional de suas controladas**. Dessa forma, eventuais oscilações negativas no desempenho dessas sociedades ou mesmo sua descontinuidade operacional podem afetar adversamente as operações consolidadas, o resultado financeiro e a geração de valor para os acionistas.

A Companhia detém o controle do Centro Shopping, empreendimento com foco na locação de espaços comerciais e de serviços, localizado no centro histórico de Porto Alegre (RS). O imóvel possui área de aproximadamente 7.500 m², distribuída em cinco andares. Alterações no fluxo comercial da região, mudanças no comportamento do consumidor, vacância prolongada das salas ou interrupções na operação por razões externas, como reformas urbanas ou restrições regulatórias, podem impactar negativamente a receita gerada por essa unidade. Além disso, a dependência de logística urbana e acessibilidade adequada representa um fator de risco para a continuidade e rentabilidade desse ativo. A Companhia também controla a Floresta Grazziotin Ltda., voltada à exploração florestal com foco no plantio, manejo e comercialização de madeira para o mercado interno e externo. Dada a baixa oferta de seguros com cobertura adequada para o setor florestal, há risco de prejuízos decorrentes de eventos como incêndios, intempéries, pragas ou outras perdas ambientais, que podem não estar cobertos por apólices disponíveis no mercado segurador.

Além disso, a Companhia participa com 50% do capital da Grato Agropecuária, sociedade que possui duas fazendas no Estado da Bahia, com produção de soja, milho e algodão. Essa atividade está exposta a riscos agrícolas como incêndios em áreas vizinhas, danos elétricos, pragas, doenças, variações climáticas extremas e oscilações nos preços de commodities. Também existe o risco de defasagem tecnológica, caso a empresa não acompanhe adequadamente os avanços em técnicas de cultivo, gestão agrícola e mecanização, o que pode comprometer sua competitividade e produtividade. Adicionalmente, a gestão inadequada de instrumentos financeiros como vendas antecipadas (contratos a termo) ou operações em mercados futuros pode expor a Companhia a perdas

4.1 Descrição dos fatores de risco

financeiras, caso as condições de mercado se alterem de forma desfavorável em relação às expectativas no momento da contratação

d. seus administradores

Os administradores podem ser pessoalmente responsabilizados em processos judiciais ou administrativos quando se materializar riscos de negócio, bem como, em casos em que os administradores descumpram o estatuto/contrato social ou que a sua ação ou omissão possa influenciar diretamente com que a Companhia descumpra a lei.

A partir de legislações tais como: Lei 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações); Lei 10.406/2002 (Código Civil); Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor); Lei 9.605/1998 (Lei Ambiental) e Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), pode haver exposição e responsabilização quanto aos riscos de negócio, tais como: ausência e manutenção de licenças de funcionamento, falta de divulgação ou divulgação inadequada de informações ao mercado, acidentes de trabalho, possibilidade de trabalho análogo à escravidão ou à trabalho infantil, descumprimento de ordem judicial ou administrativa, bem como, demandas de natureza tributária, dentre outros riscos.

e. a seus fornecedores

A Companhia está exposta a riscos relacionados à atuação de seus fornecedores e prestadores de serviços terceirizados, o que pode impactar adversamente suas operações, especialmente em períodos de maior demanda, como datas sazonais e eventos promocionais. Entre os principais riscos está a possibilidade de atraso nas entregas de produtos, seja por interrupções na produção, dificuldades logísticas ou paralisações nos serviços de transporte nacional e internacional, o que pode comprometer o abastecimento das lojas e a execução adequada das campanhas comerciais planejadas.

Adicionalmente, a Companhia pode ser afetada por aumentos nos custos dos insumos ou mercadorias adquiridas, os quais nem sempre podem ser integralmente repassados aos consumidores finais, reduzindo assim a margem operacional. Mudanças macroeconômicas ou alterações regulatórias que afetem o ambiente de negócios também podem gerar impactos significativos sobre a cadeia de suprimentos.

Outro fator de risco envolve possíveis irregularidades praticadas por fornecedores, como o descumprimento de normas fiscais, trabalhistas, previdenciárias, ambientais ou de responsabilidade social. De acordo com a legislação brasileira, especialmente no âmbito das relações trabalhistas e previdenciárias, a Companhia pode ser responsabilizada subsidiária ou solidariamente por obrigações

4.1 Descrição dos fatores de risco

não cumpridas por seus fornecedores ou prestadores de serviços, o que pode resultar em processos judiciais, autuações, multas e outras penalidades capazes de afetar materialmente sua situação financeira e reputação.

Para mitigar esses riscos, a Companhia mantém procedimentos de homologação, acompanhamento e fiscalização de seus fornecedores, exigindo o cumprimento das obrigações legais e das diretrizes previstas no Código de Ética para Fornecedores, buscando assegurar que suas parcerias comerciais estejam alinhadas aos princípios de conformidade, integridade e responsabilidade.

Irregularidades dos Fornecedores

A Companhia não pode assegurar que alguns de seus fornecedores não estejam enfrentando problemas trabalhistas ou relacionados à legislação ambiental e à sustentabilidade, além de utilizar essas irregularidades para reduzir os custos de seus produtos. Se isso acontecer, a Companhia poderá ter prejuízos financeiros em sua imagem e, conseqüentemente, queda no valor de suas ações.

f. a seus clientes

Os riscos relacionados aos clientes da Companhia referem-se principalmente em relação a sua capacidade de endividamento, e de pagamento dos seus compromissos conosco. É nossa estratégia, convidar o cliente a se obrigar conosco, até o limite concedido pelos nossos sistemas. Mudanças econômicas, ou políticas, podem reduzir a demanda, ou aumentar os níveis de inadimplência. Se a atividade econômica se reduzir, nossos resultados podem ser prejudicados. Devido ao impacto desproporcional que uma crise econômica pode ter em nosso mercado consumidor e ao fato de que gastos com vestuário podem ser considerados supérfluos durante períodos de restrições no orçamento familiar, uma crise econômica pode desestimular o consumo pessoal ou limitar sua capacidade de endividamento. Em tais casos, a demanda por nossos produtos poderá ser reduzida.

g. setores da economia nos quais o emissor atue

A concorrência no setor está em expansão. Abrir uma loja pequena é relativamente fácil, pois pequenos pontos comerciais têm mais disponibilidade, e requer menor investimento. O setor varejista de roupas tem sido suscetível a períodos de desaquecimento econômico que levaram à diminuição nos gastos dos consumidores. As decisões de compra dos consumidores em geral são afetadas por diversos fatores, como taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, tributação, níveis de

4.1 Descrição dos fatores de risco

emprego, confiança do consumidor, e salários. Esses fatores têm afetado de forma mais significativa à população de baixa renda, que é mais sensível a alterações no nível de renda. O setor de varejo de roupas no Brasil é altamente competitivo. A concorrência é caracterizada por muitos fatores, dentre eles, destacam-se a variedade de mercadorias, o número de lojas, propaganda, preços e descontos, qualidade das mercadorias, atendimento, localização das lojas, disponibilidade e facilidade de crédito para o consumidor. O mercado informal é vasto, tanto pela parte dos clientes (sem renda fixa e sem carteira assinada), pela parte da indústria (informal) como na distribuição (vendedor ambulante). Os sistemas tributário e jurídico e da fiscalização, por parte das autoridades, do cumprimento fiel de leis, especialmente as fiscais, trabalhistas e previdenciárias representam elevados custos para nossos negócios. Os benefícios fiscais, para as microempresas, incentivam sua proliferação. Pequenas redes regionais surgiram e estão se expandindo. Grandes redes estão acelerando o processo de expansão. Multinacionais estão se instalando, comprando redes locais. A agressividade das empresas de cartão de crédito auxilia muitos pequenos lojistas, que não contam com sistemas de crédito e cobrança. O varejo tem alta sensibilidade a mudanças nas normas de políticas econômicas, mesmo que tais mudanças não sejam ainda sentidas pelo consumidor, mas apenas anunciadas, e que possam gerar mudanças nas condições de emprego, renda e disponibilidades financeiras.

h. regulação dos setores em que o emissor atue

Empresa de médio porte e grande porte tem grande exigência governamental. Temos elevados custos, nestes aspectos, além de grandes exigências das normas de relação de trabalho, saúde e segurança, saúde ocupacional, contratação de pessoal, investimentos em treinamentos, seguros, informática, normas fiscais, tributárias e societárias. Concorrentes de pequeno porte permanecem instalando diversas lojas, em nome de diversas pessoas, auferindo benefícios de baixa tributação, e tendo pouco controle governamental.

i. países estrangeiros onde o emissor atue

A empresa não atua em países estrangeiros.

j. a questões sociais

A exposição a riscos sociais varia de acordo com as características específicas de cada companhia, do seu setor de atuação e de sua localização geográfica, de modo que cada empresa deverá considerar tais peculiaridade para definir os riscos sociais considerados materiais, segundo sua

4.1 Descrição dos fatores de risco

estratégia e modelo de negócios. De forma geral, os riscos sociais decorrem dos potenciais e efetivos impactos adversos de suas atividades empresariais nos direitos humanos de todos os stakeholders envolvidos em sua operação, incluindo seus próprios funcionários, consumidores, fornecedores, investidores e comunidade local onde a Companhia atua, sendo estes conectados direta ou indiretamente às suas atividades.

Caso as providências adotadas pela Companhia para prevenir, administrar e mitigar os riscos sociais aplicáveis aos negócios da Companhia, não sejam suficientes para mitigá-los, ela conseqüentemente estará exposta a riscos legais, regulatórios, operacionais e reputacionais, os quais podem se materializar de diferentes maneiras.

k. questões ambientais

Somos responsáveis pelo gerenciamento dos resíduos gerados em nosso negócio, por qualquer descumprimento da legislação ambiental aplicável e, se for o caso, por qualquer dano ambiental causado por nossas operações. Quaisquer violações da legislação e regulamentação ambiental poderão nos expor a sanções administrativas e criminais, além da obrigação de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros e impactar nossa reputação. Além disso, não podemos garantir que essa legislação e regulamentação não se tornarão ainda mais rígidas, exigindo que aumentemos de forma significativa nossos investimentos a fim de cumprirmos com a legislação e regulamentação ambiental.

l. questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

As ondas de calor e de frio, possibilidades de vendaval, chuvas de granizo, inundações, enfim, quaisquer possibilidades climáticas que possam trazer variação que não são esperadas, atingindo assim, nossos produtos no ponto de venda, bem como produtos que estão em nosso Centro de Distribuição, que possa atrasar a reposição deles. Períodos prolongados de temperaturas mais altas durante o inverno ou temperaturas mais baixas durante o verão, podem deixar uma parte de nosso estoque/coleções incompatível com as condições climáticas. Desta forma, períodos de clima alterado podem nos compelir a vender o excesso de nossos estoques por preços descontados, reduzindo assim nossas margens, o que pode ter um efeito negativo material em nossos negócios. Isso pode ser mais significativo nos casos de coleções de inverno, cujos preços médios são maiores.

4.1 Descrição dos fatores de risco

m. outras questões não compreendidas nos itens anteriores

A inflação e as ações do governo para combatê-la podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil, prejudicando nossos negócios e o valor de mercado de nossas ações.

As medidas frequentemente adotadas pelo governo brasileiro para o controle da inflação incluem a manutenção de uma rígida política monetária, ajustando a oferta e demanda de crédito através de alterações nas taxas de juros reais, o que restringe a disponibilidade de crédito e prejudica o crescimento econômico. Com isso, as taxas de juros ficam sujeitas a flutuações significativas.

Eventuais intervenções do governo brasileiro, a aproximação entre oferta e a demanda agregada (consumo próximo à capacidade produtiva), a eventual queda brusca de oferta, inclusive a gestão das taxas oficiais de juros, intervenções no mercado de câmbio e ações para ajustar o valor do Real poderão desencadear aumento de inflação e, por consequência, impactar negativamente os níveis de consumo no varejo. Na possibilidade de o Brasil persistir com elevados níveis de inflação, sem resposta aos atuais patamares de juros, o governo brasileiro poderá optar por elevar ainda mais as taxas oficiais de juros. Ocorrendo um cenário de aumento da inflação, podem ocorrer aumentos nos preços das mercadorias e:

(i) se não for repassado integralmente nos preços praticados aos nossos clientes para compensar os efeitos da inflação sobre a estrutura de custos, há possibilidade de queda das margens operacionais e a rentabilidade da empresa pode retrair; e (ii) se for repassado integralmente nos preços praticados aos nossos clientes, a receita pode diminuir, impactando a rentabilidade.

Adicionalmente, a inflação alta geralmente implica em um aumento da taxa de juros local, por conseguinte, o custo de nossas dívidas denominadas em Reais pode aumentar, causando uma redução em nossos lucros. Além disso, uma alta da inflação e seu efeito na taxa de juros local podem reduzir a liquidez nos mercados de crédito locais, o que pode afetar negativamente nossa capacidade de negociar o refinanciamento de nossas dívidas. Qualquer redução em nosso lucro líquido do exercício e qualquer deterioração em nossa situação econômico-financeira pode levar a um declínio no preço de mercado de nossas ações e na capacidade de pagamento.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os efeitos da Pandemias

Pandemias ou surtos de doenças transmissíveis em todo mundo, como o coronavírus (COVID-19) ou Guerras, podem impactar a economia mundial e atribuir maior volatilidade e perdas ao mercado de negociação de ações.

Quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia da COVID-19, foi necessário medidas restritivas por parte de autoridades governamentais mundiais, com o objetivo de conter a disseminação do vírus, resultando em restrição no fluxo de pessoas, incluindo quarentena e lockdown. A maior concentração de lojas da Companhia está no Rio Grande do Sul, o Estado, assim como o País e o mundo todo, adotou as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde, adotando medidas para controlar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social, que resultaram na nossa tomada de decisão de fechamento espontâneo de nossas lojas e adotar medidas restritivas em demais localidades.

Não é possível garantir que outros surtos regionais e/ou globais não acontecerão e resultarão novos fechamentos de lojas.

A pandemia pode, também, causar perturbações materiais em nossos negócios e operações no futuro como resultado de, por exemplo, ausência de colaboradores como resultado de doença ou outros fatores como medidas de distanciamento social, viagens ou outras restrições. Se uma porcentagem significativa de nossa força de trabalho não puder trabalhar, inclusive por motivo de doença, viagens ou restrições governamentais relacionadas com a pandemia, nossas operações podem ser adversamente afetadas.

Guerra entre Rússia e Ucrânia e impactos macroeconômicos

Em fevereiro de 2022 iniciou a invasão de forças armadas da República Russa à Ucrânia, no leste europeu. Como consequência da reação da comunidade internacional, contrária ao conflito, uma série de censuras econômicas foram implementadas contra a Rússia, provocando aumentos significativos de preços na pauta de exportações de produtos em que tanto Rússia quanto Ucrânia são provedores relevantes, como petróleo, gás, fertilizantes, entre outros. Este evento, combinando ainda com desdobramentos da pandemia do Covid-19, tem elevado a inflação ao redor do mundo, com desafios relevantes para as autoridades monetárias. O governo brasileiro, bem como das demais nações ao redor do mundo, tem promovido aumentos sucessivos de juros como forma de controlar a inflação, trazendo desafios adicionais na gestão financeira das companhias. Podemos enfrentar dificuldades de repasse aos preços de nossos produtos para compensar os aumentos de custos decorrentes da inflação, e por consequência, apresentar queda nos nossos resultados.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de nossa emissão, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das nossas operações no futuro em termos aceitáveis.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

Dificuldade em manter os nossos princípios no processo de expansão;

Dificuldade com Sistema de Informações;

Preferência do Consumidor;

Condições Climáticas e agronegócios na região Sul;

Riscos na concessão de crédito.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

Fatores de gerenciamento de riscos

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado

Estrutura de gerenciamento de risco

O Grupo possui uma diretoria financeira responsável pela gestão de riscos, contando com a supervisão da Diretoria Executiva. A diretoria financeira é responsável por definir a política, administrar os riscos e gerenciar os instrumentos financeiros através de sistemas de controle, os quais estabelecem limites de exposição a taxa de juros, e definem a destinação dos recursos junto às instituições financeiras.

Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo. Não há concentração de transações com clientes e historicamente o nível de inadimplência é adequado ao risco.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar essa exposição.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras foi:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	202.133	165.006	207.188	168.715
Contas a receber de clientes	223.995	208.533	258.165	248.667
Depósitos judiciais	14.631	13.325	14.985	13.439
Outros investimentos	898	767	898	767
Total	441.657	387.631	481.236	431.588

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

A Companhia adota como prática a análise das situações financeiras de seus clientes, e administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro.

O fluxo de caixa do Grupo é monitorado pela diretoria financeira, de modo a garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto de acordos de negociação.

31/12/2024			CONTROLADORA			
Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	mais de 3 anos
Fornecedores	106.090	109.681	109.681	-	-	-
Passivos de arrendamento	147.049	199.378	13.485	13.485	13.485	158.924
Dividendos e Juros sobre capital próprio	49.727	49.727	49.727	-	-	-
Outras contas a pagar	6.141	6.141	6.141	-	-	-
Total	309.007	364.927	179.034	13.485	13.485	158.924

31/12/2024			CONSOLIDADO			
Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	mais de 3 anos
Fornecedores	106.162	109.753	109.753	-	-	-
Passivos de arrendamento	145.936	197.610	13.371	13.371	13.371	157.498
Dividendos e Juros sobre capital próprio	49.727	49.727	49.727	-	-	-
Outras contas a pagar	7.468	7.468	7.468	-	-	-
Total	309.293	364.558	180.319	13.371	13.371	157.498

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - taxas de juros - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros.

Operações com derivativos

O Grupo não possui operações com derivativos de caráter especulativo.

Risco de taxa de juros

O gerenciamento de taxa de juros é efetuado por meio da aplicação de recursos, a taxas condizentes com os níveis de liquidez esperados pela Administração, para as aplicações financeiras e o risco de crédito das contrapartes, que são em geral instituições financeiras de primeira linha. A Companhia não possui saldo de empréstimos e financiamentos.

O Grupo está exposto a taxas de juros flutuantes vinculadas ao “Certificado de Depósito Interbancário (CDI)”, relativas a aplicações financeiras em reais, para os quais realizou análise de sensibilidade, conforme descrito abaixo.

Em 31 de dezembro de 2024, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com reduções de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável e de redução nas taxas de juros, foi mensurado utilizando-se taxas de juros futuros divulgadas pelo BACEN, considerando uma taxa base de CDI em 12,15%. Os efeitos esperados das receitas com aplicações para os próximos três meses são como segue:

CONTROLADORA

Operação	Saldo em 31/12/2024	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	195.431	Diminuição do CDI		-25%	-50%
Receita financeira			1.979	1.484	989

CONTROLADORA

Operação	Saldo em 31/12/2023	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	155.654	Diminuição do CDI		-25%	-50%
Receita financeira			1.690	1.268	845

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

CONSOLIDADO

Operação	Saldo em 31/12/2024	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	198.013	Diminuição do CDI		-25%	-50%
Receita financeira			2.005	1.504	1.002

CONSOLIDADO

Operação	Saldo em 31/12/2023	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	153.105	Diminuição do CDI		-25%	-50%
Receita financeira			1.662	1.247	831

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

Processo:	5008281-35.2020.4.04.7104
a. juízo:	2ª Vara Federal da comarca de Passo Fundo (RS)
b. instância:	1º Grau
c. data de instauração:	11/01/2021
d. partes no processo:	Grazziotin S/A X Delegado da Receita Federal - União - Fazenda Nacional
e. valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 9.924.000,00 (são realizados depósitos mensais pela companhia)
f. principais fatos:	Definir se o limite de 20 (vinte) salários-mínimos é aplicável à apuração da base de cálculo de contribuições parafiscais arrecadadas por conta de terceiros.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Autorizado os depósitos judiciais em 06/05/2021.
h. estágio do processo	Processo Suspenso/sobrestado por decisão judicial
i. a chance de perda é:	Possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor que está sendo discutido.
k. análise do impacto em caso de perda do processo:	Continuar recolhendo o valor excedendo dos 20 (vinte) salários.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Em 31 de dezembro de 2024, o valor total provisionado para os processos tributários descritos no item 4.4 deste é de R\$ 9.924.000,00. São depósitos judiciais.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Na data deste Formulário de Referência, não há processos relevantes sigilosos em que a Companhia ou suas controladas figurem como parte.

Processos cíveis	
a. valores envolvidos	R\$ 152.311,10
b. prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	(Grazziotin e Financeira) - Processos judiciais cíveis de natureza consumerista com objetivos diversos, maioria por suposta fraude na concessão de crédito e abertura de crédito e suposta inscrição indevida nos órgãos de proteção de crédito, processos com pedidos de revisão de juros, superendividamento e inscrição no SCR (sistema de informações de créditos).

Processos trabalhistas	
a. valores envolvidos	R\$ 1.900.829,79
b. prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Processos judiciais trabalhistas, na maioria absoluta, com objetos tais como: pedido de pagamento de horas extras, danos morais, reversão de justa causa, desconfiguração de cargo de confiança, dentro outros, ingressados por ex-empregados da Emissora.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Não existem outras contingências relevantes.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia atualmente não possui política formalizada para o gerenciamento de riscos, entretanto, adota diversas medidas de controles e entende que suas diretrizes estão estruturadas de forma conveniente.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

Apesar de não possuir uma política formalizada a Companhia adota diversas medidas para gerenciar os riscos aos quais possa estar exposta com o objetivo de identificar e responder a acontecimentos que possam prejudicá-la.

i. os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora os riscos e busca identificar, prevenir, mitigar e tratar todo e qualquer tipo de risco que possa impactar, de forma negativa, as suas atividades e operações, o alcance dos seus objetivos e os padrões de geração de valor estabelecidos no seu plano estratégico.

Os principais riscos monitorados são:

Riscos estratégicos: relacionados à tomada de decisões da Administração e Diretores que eventualmente podem gerar prejuízos econômicos.

Riscos operacionais: associados a eventuais falhas ou inadequações de processos internos, pessoas e sistemas, que podem gerar perdas.

Riscos socioambientais: envolve a identificação contínua dos riscos socioambientais, que podem ter origem com diversos agentes ou setores, por meio de ações e projetos efetivos.

Riscos climáticos: referem-se aos impactos potenciais das mudanças climáticas sobre as atividades da Companhia. Esses riscos podem ser classificados como físicos — relacionados a eventos extremos como chuvas intensas, enchentes, estiagens prolongadas ou ondas de calor — que podem afetar a operação das lojas, a logística dos centros de distribuição e o fluxo de clientes. Também abrangem riscos de transição, associados a mudanças regulatórias, avanços tecnológicos e alterações nas preferências de consumo, decorrentes da crescente agenda ambiental. O Grupo monitora esses

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

fatores de forma contínua e busca mitigar seus efeitos por meio de iniciativas como o uso de energia limpa, maior eficiência operacional, diversificação logística e gestão responsável de recursos naturais, alinhando suas práticas às exigências socioambientais contemporâneas.

Riscos tecnológicos: a possibilidade de uma determinada ameaça explorar vulnerabilidades de um ativo ou um conjunto de ativos, impactando na confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações. Além de ataques cibernéticos nos sistemas.

Além disso, a Companhia entende que o gerenciamento desses riscos se relaciona diretamente com a sua reputação e devido a isso busca sempre aperfeiçoar os meios de monitorá-los.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

Para o adequado monitoramento há a realização de reuniões mensais de avaliação e mitigação, com os Diretores das áreas, além da análise e atuação por meio de relatórios de auditoria interna e externa. Além disso, a Companhia adota as seguintes práticas e instrumentos para prevenir, identificar, avaliar, mitigar e tratar os riscos aos quais está exposta:

Comitê de Riscos

A Companhia conta com um Comitê de Riscos que se reporta à Diretoria Executiva e é responsável pelo mapeamento e monitoramento dos principais riscos que podem impactar os negócios do Grupo. Os riscos são classificados, de forma geral, em riscos operacionais e riscos estratégicos.

Os riscos operacionais são apresentados à Diretoria Executiva para avaliação e definição de medidas corretivas, quando necessário. Já os riscos estratégicos são levados ao conhecimento do Conselho de Administração, que atua no direcionamento de decisões de maior impacto para a Companhia.

Com base nas orientações dos órgãos de governança, os mapas de risco são periodicamente revisados, podendo ser solicitada a implementação de novos controles e medidas mitigatórias, conforme o grau de criticidade identificado.

Controles Internos

Os controles internos da Companhia constituem uma ferramenta essencial para a mitigação dos riscos identificados no processo de mapeamento conduzido pelo Comitê de Riscos. Esses controles são priorizados para processos considerados críticos, seja pelo seu potencial impacto sobre as operações e resultados, seja pela elevada probabilidade de ocorrência.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A eficácia dos controles é monitorada com base no modelo das três linhas de defesa, que define as responsabilidades entre as áreas operacionais, os responsáveis pela supervisão dos riscos e as funções de auditoria. Esse modelo assegura uma atuação coordenada e estruturada na prevenção, detecção e correção de falhas, fortalecendo a governança e a integridade dos processos internos.

Mapeamento dos riscos

A Companhia adota uma abordagem estruturada para o mapeamento dos riscos em todas as suas atividades, por meio de mecanismos integrados que permitem a identificação, análise e tratamento de potenciais exposições. Entre os principais instrumentos utilizados, destacam-se:

- (i) Auditoria interna: com atuação recorrente em todas as lojas da Companhia e de suas controladas, a auditoria elabora relatórios detalhados que identificam riscos e propõem encaminhamentos para mitigação, com base em evidências levantadas in loco;
- (ii) Supervisão de campo: realizada por gerentes regionais e gestores de departamento, por meio de visitas às unidades e aplicação de checklists padronizados para detecção de riscos operacionais, os quais são encaminhados às áreas competentes para avaliação e providências;
- (iii) Atuação preventiva e disseminação de conhecimento: com foco em cultura de riscos, a Companhia promove treinamentos por meio de sua plataforma Universidade Grazziotin, além de compartilhar boas práticas e aprendizados por meio de cases reais, com o objetivo de replicar condutas preventivas em toda a organização.

Riscos relacionados à suas controladas:

De forma de mitigar os riscos decorrentes da atuação da Grazziotin Financeira, a auditoria interna monitora os mecanismos através de gestão de riscos, atuação da auditoria externa independente em avaliação dos mecanismos, o canal de ouvidoria aberta ao público. No Centro Shopping mantem-se os mesmos mecanismos aplicados nas lojas da emissora.

Riscos relacionados às coleções de produtos: A Companhia dispõe de um comitê de compras, que é composto por diretores, compradores e gerentes de lojas, que avaliam todas as coleções de modas de forma criteriosa antes da decisão de adquirir as coleções para as próximas estações.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Sistema de Informações:

Ao longo dos anos, a Companhia tem investido continuamente na modernização de seus sistemas e na ampliação da infraestrutura tecnológica. Entre as principais iniciativas, destacam-se a implementação de novas soluções tecnológicas, a aquisição de equipamentos mais eficientes e a atualização da estrutura do Data Center.

Para garantir a continuidade das operações em cenários críticos, a Companhia conta com um segundo Data Center, que opera como ambiente de contingência, assegurando a recuperação de dados e sistemas em casos de disaster recovery.

A segurança da informação é um dos compromissos fundamentais do Grupo, com forte foco na mitigação de riscos cibernéticos e na proteção de dados sensíveis. Para fortalecer essa frente, a Companhia contratou assessoria especializada para apoiar a implementação de um Programa de Integridade em Segurança da Informação, alinhado às melhores práticas do mercado.

Esse programa é estruturado com base na Política de Segurança da Informação (PSI), que estabelece normas e diretrizes específicas para a gestão segura dos dados. A disseminação da PSI é feita de forma ativa dentro da organização, com apoio de treinamentos, campanhas de conscientização e pela atuação de um Comitê de Segurança da Informação de natureza multidisciplinar, responsável por acompanhar e aprimorar continuamente as ações nessa área.

Como parte dos esforços contínuos para reforçar a segurança cibernética e mitigar riscos operacionais, a Companhia iniciou a implementação de um Centro de Operações de Segurança (SOC – Security Operations Center). Essa iniciativa, que também atende a uma solicitação de um dos acionistas, tem como objetivo ampliar a capacidade de monitoramento em tempo real, detecção proativa de incidentes e resposta rápida a ameaças de segurança. O SOC atuará de forma integrada com os demais controles e processos internos de tecnologia da informação, fortalecendo a postura de segurança da Companhia e contribuindo para a resiliência dos sistemas críticos frente ao aumento da complexidade e sofisticação dos riscos cibernéticos.

Riscos com fornecedores:

O Grupo Grazziotin adota práticas rigorosas para mitigar riscos associados à sua cadeia de fornecimento, assegurando que seus parceiros estejam alinhados aos princípios éticos, legais e socioambientais exigidos pela Companhia.

Para isso, foi instituído um Código de Ética para Fornecedores, que estabelece as diretrizes mínimas de conduta esperadas em relação à integridade, responsabilidade social, respeito às normas trabalhistas e ambientais, entre outros aspectos relevantes.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A Diretoria Comercial é responsável por monitorar o cumprimento dessas diretrizes por meio de auditorias periódicas, realizadas com base em checklists estruturados, que abrangem, entre outros pontos:

- (i) condições de saúde e segurança do trabalho;
- (ii) infraestrutura física dos locais de operação;
- (iii) organização e limpeza das áreas produtivas;
- (iv) conformidade com a legislação ambiental;
- (v) responsabilidade social e respeito aos direitos humanos;
- (vi) regularidade fiscal e documental;
- (vii) cumprimento das obrigações trabalhistas, com especial atenção à prevenção de situações de trabalho infantil e trabalho análogo ao escravo.

As auditorias têm como objetivo não apenas detectar e conter eventuais irregularidades, mas também promover a melhoria contínua e a conformidade dos fornecedores com os padrões exigidos pela Companhia.

Riscos na concessão de crédito:

Buscando a prevenção de riscos de créditos, a Companhia possui um processo de prevenção de riscos composto por três instrumentos: (i) um modelo de *credit scoring*, focado na análise de concessão de crédito; (ii) treinamentos on-line aos seus gerentes regionais, gerente de lojas e seus colaboradores através do “Portal do conhecimento”, plataforma da internet disponibilizado para todos os colaboradores como forma de treinamentos operacionais, e comunicação incluindo divulgação de políticas dos departamentos; e (iii) e aplicação de *check list* pela área de auditoria interna e do departamento de crédito e cobrança aplicados periodicamente em todas as lojas da emissora.

Riscos de capacitação:

A Companhia reconhece que a capacitação contínua dos colaboradores é fundamental para a mitigação de riscos operacionais, estratégicos e de conformidade. Para isso, investe em programas estruturados de desenvolvimento profissional, voltados a diretores, gerentes de departamento e demais colaboradores, com foco na disseminação de conhecimentos técnicos, comportamentais e normativos.

As ações de capacitação são realizadas por meio de cursos externos especializados e da Universidade Grazziotin, plataforma institucional de ensino à distância, que oferece trilhas de aprendizagem,

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

conteúdos atualizados, avaliações e materiais de apoio. Além da capacitação, a Universidade Grazziotin também atua como repositório oficial dos manuais de processos internos, permitindo o acesso facilitado às rotinas operacionais e administrativas da Companhia.

O processo de manualização dos procedimentos é parte fundamental da estratégia de mitigação de riscos da Companhia, assegurando a padronização das atividades, a clareza de responsabilidades e a continuidade operacional, independentemente de mudanças de pessoal ou reestruturações.

Tanto os treinamentos quanto os manuais são periodicamente revisados para garantir aderência às necessidades práticas das áreas e alinhamento às políticas corporativas, fortalecendo a cultura de aprendizado contínuo, conformidade e excelência na execução.

Riscos de Perdas:

Com o objetivo de proteger o patrimônio e mitigar eventuais perdas decorrentes de sinistros, a Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro contratadas junto a algumas das principais seguradoras do país. A seleção dessas instituições é realizada com o apoio de consultoria especializada, considerando o perfil da organização, os riscos envolvidos em suas operações e as melhores condições disponíveis no mercado.

As coberturas contratadas abrangem as modalidades de responsabilidade civil, seguro patrimonial (incluindo incêndio, raio, explosão e demais coberturas previstas na apólice) e seguro de estoque.

A sede administrativa, os centros de distribuição, os estoques e os bens do ativo imobilizado localizados em imóveis próprios estão devidamente segurados. Da mesma forma, as lojas instaladas em prédios próprios também contam com cobertura patrimonial completa.

No caso das lojas situadas em imóveis locados, não há contratação de seguro predial por parte da Companhia, salvo nas hipóteses expressamente previstas em cláusulas contratuais firmadas com os locadores, nas quais a responsabilidade pela cobertura é definida contratualmente.

.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A responsabilidade pela prevenção, identificação, mitigação e tratamento dos riscos aos quais a Companhia está exposta é compartilhada entre diversas áreas, sob a coordenação do Comitê de Riscos, que se reporta à Diretoria Executiva e atua de forma integrada ao sistema de governança corporativa.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

O mapeamento centralizado dos riscos é conduzido pelo Comitê de Riscos, com base em informações oriundas de diversas fontes internas, como auditorias, supervisões de campo e indicadores operacionais. Os riscos são classificados, priorizados e documentados em mapas específicos, com apoio de checklists aplicados presencialmente ou via sistema, e revisados periodicamente conforme orientação dos órgãos de governança.

A Auditoria Interna atua de forma independente em todas as unidades da Companhia e de suas controladas, com o objetivo de verificar a aderência das operações às políticas internas, normas regulatórias e legislações aplicáveis. Ao final de cada processo de auditoria, são emitidos relatórios contendo as evidências apuradas, as práticas recomendadas e os pontos de atenção. Esses documentos são encaminhados aos gestores responsáveis para providências. Ocorrências relevantes são tratadas imediatamente no local; já os casos considerados graves são levados ao conhecimento do Comitê de Auditoria e da Presidência da Companhia, para definição das medidas cabíveis.

Paralelamente, a Companhia mantém relacionamento constante com auditores externos independentes, que atestam a conformidade das práticas contábeis, operacionais e jurídicas, assegurando a veracidade das informações divulgadas ao mercado.

Cada área da Companhia também acompanha seus próprios indicadores de desempenho, o que permite uma avaliação contínua e contribui para a projeção de cenários e a adoção ágil de medidas corretivas, com destaque para os departamentos de Pessoas, Produto, Marketing, Expansão, Tecnologia da Informação e Relacionamento com Fornecedores. Essa abordagem fortalece a capacidade de resposta e o aprimoramento contínuo da estrutura operacional e dos controles internos. Em junho de 2020, a Companhia instituiu o Comitê de Segurança da Informação, como parte integrante de seu compromisso com a integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações. O Comitê é multidisciplinar e tem como atribuição supervisionar a implementação e o cumprimento das diretrizes estabelecidas na Política de Segurança da Informação (PSI), bem como nas normas e procedimentos dela derivados.

O Comitê atua de forma proativa na definição de estratégias, na análise de riscos cibernéticos e na recomendação de medidas corretivas e preventivas, envolvendo diferentes áreas da organização. Sua atuação abrange desde a gestão de acessos, atualização de sistemas e proteção de infraestrutura tecnológica, até ações de conscientização e capacitação dos colaboradores em temas relacionados à segurança digital.

A criação do Comitê também está alinhada às exigências da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), tendo resultado na formação de uma equipe especializada em proteção e privacidade de dados

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

pessoais, com foco no atendimento às obrigações legais, resposta a incidentes e construção de uma cultura organizacional voltada à governança da informação.

Além disso, o Comitê de Segurança da Informação mantém interlocução direta com o Comitê de Riscos e demais instâncias de governança, assegurando que os riscos tecnológicos e de segurança digital sejam devidamente incorporados aos mapas de risco corporativos, fortalecendo assim a resiliência operacional da Companhia.

A Administração da Companhia considera que os controles internos implementados apresentam alto grau de eficiência, precisão e confiabilidade, sendo compatíveis com o porte e a complexidade de suas operações. Com base nos resultados das auditorias interna e externa, os riscos são reavaliados periodicamente e, sempre que necessário, são realizadas atualizações nos processos de gestão de riscos e controles internos, assegurando a integridade das operações e a continuidade dos negócios.

c. A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A cada problema, é efetuado um diagnóstico, e definida uma solução. A cada processo implantado, é efetuada uma avaliação, se os objetivos foram atingidos a diretoria e diretores fazem planejamento anual e conjunto, para avaliar as melhorias do ano, e definir plano de melhorias a ser implementado.

5.2 Descrição dos controles internos

Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia entende que os controles internos aplicados à elaboração das demonstrações financeiras são adequados e confiáveis para o seu modelo de negócio, estando preparada para prevenir e detectar fraudes e erros. Os processos e controles são continuamente aperfeiçoados, com foco na segurança da informação, mitigação de riscos operacionais e ganhos de competitividade na execução das rotinas contábeis e administrativas.

Os sistemas de informação da Companhia são configurados para atender às exigências normativas e aos padrões contábeis estabelecidos pelos órgãos reguladores, assegurando a integridade, consistência e tempestividade dos dados utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras trimestrais são submetidas à apreciação e aprovação da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração. Antes de sua divulgação ao mercado, são examinadas por auditores independentes, que emitem relatório de opinião sobre a adequação das informações apresentadas, conforme os princípios contábeis aplicáveis.

Além disso, a Companhia conta com um Conselho Fiscal não permanente, que, quando instalado, também analisa e emite parecer técnico recomendando a aprovação das demonstrações financeiras pela Assembleia Geral de Acionistas, com base no acompanhamento realizado ao longo do exercício e na avaliação emitida pelos auditores independentes

.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

Diretoria, Área de TI, Relações Com Investidores, Auditoria Externa e Conselho Fiscal.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

No ambiente de controles da Companhia, assumem responsabilidade pelo acompanhamento o Contador, o Diretor Administrativo Financeiro, o Diretor Presidente, demais diretores, os membros do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal.

5.2 Descrição dos controles internos

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação da CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Falta de formalização das políticas contábeis

Verificamos que a administração não possui políticas contábeis formalizadas e atualizadas para alguns processos internos, como por exemplo, provisão para perdas de contas a receber, inventário, bônus de clientes, lançamentos contábeis e revisão de lançamentos contábeis manuais.

Recomendação:

Sugerimos que a administração formalize suas políticas contábeis com a definição de processos e controles internos.

Plano de ação da Administração:

Políticas já escritas, no entanto, como a Companhia contratou uma consultoria para as análises destas políticas, a de se efetuar alguns ajustes, desta forma a companhia está reescrevendo alguns pontos.

Fragilidade nos processos de conciliações contábeis

Ao longo dos trabalhos de auditoria, identificamos fragilidades nas conciliações contábeis da Companhia, seja por falta de processos formalizados para tais controles ou pela falta de tempestividade no tratamento das divergências identificadas nas conciliações. Identificamos ao longo do ano falta de conciliações contábeis e/ou divergências identificadas e não tratadas nos processos de partes relacionadas e estoques, que resultaram em ajuste de auditoria, incluído em carta de representação.

Recomendação:

Sugerimos que a Companhia reveja os seus controles internos, procedimentos e formalizações de revisão e aprovação das conciliações dos saldos contábeis

Plano de ação da Administração:

5.2 Descrição dos controles internos

Inúmeros controles e conciliações já foram implantadas na companhia, buscando assertividade e confiabilidade nas informações. Ações foram tomadas na rotina de regras de contabilizações e criação de relatórios para facilitar o processo de conciliação.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Administração tomou ciência e concorda com o relatório circunstanciado pelo Auditor Externo sobre os controles internos da Companhia durante o processo de auditoria relacionados ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, destacando que os apontamentos reportados estão sendo endereçados e que continuará adotando medidas para o constante aprimoramento dos controles internos e sistemas informatizados da Companhia. Os Diretores da Companhia entendem que as situações reportadas no relatório circunstanciado do Auditor Externo não têm impacto na precisão dos dados e na confiabilidade da elaboração das Demonstrações Financeiras da Companhia.

5.3 Programa de integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas;

A Companhia adota um conjunto estruturado de mecanismos de integridade, adequados ao seu perfil de atuação e aos riscos identificados em suas operações. Esses mecanismos incluem o Código de Ética e Conduta, aplicado a todos os colaboradores e terceiros, o Canal de Denúncias externo e independente, além de políticas específicas voltadas à segurança da informação, prevenção de fraudes, proteção de dados e relacionamento com fornecedores.

Com o objetivo de fortalecer a cultura ética e disciplinar, a Companhia promove treinamentos periódicos obrigatórios sobre o conteúdo do Código de Ética, com suporte do setor de Recursos Humanos e demais áreas responsáveis. O processo de disseminação de diretrizes é reforçado pelo uso de ferramentas digitais, materiais educativos e campanhas internas de conscientização.

A adequação desses mecanismos aos riscos mapeados é realizada sob coordenação do Comitê de Riscos, que conduz o mapeamento centralizado de riscos da Companhia e revisa periodicamente os controles e medidas mitigatórias existentes. A partir dessa avaliação, as políticas, procedimentos e práticas de integridade são reavaliadas ao menos anualmente ou sempre que forem identificados novos riscos ou mudanças relevantes no ambiente regulatório ou operacional.

Essa abordagem dinâmica permite à Companhia manter seus instrumentos de integridade atualizados e em conformidade com os princípios de governança corporativa, mitigando riscos e promovendo relações éticas em todas as esferas de atuação.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua

5.3 Programa de integridade

criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes;

A Companhia conta com uma estrutura formalizada e multidisciplinar para o monitoramento da efetividade de seus mecanismos de integridade, composta por áreas técnicas e comitês que atuam de forma coordenada dentro do sistema de governança corporativa.

O principal instrumento normativo é o Código de Ética e Conduta, elaborado conjuntamente pelas áreas de Recursos Humanos e Jurídico, com aprovação do Conselho de Administração. O documento é aplicável a todos os colaboradores, administradores e terceiros que atuam em nome das empresas do Grupo Grazziotin, e estabelece os padrões de conduta esperados, abrangendo temas como relacionamento com fornecedores, clientes, órgãos públicos, recebimento de brindes e responsabilidade socioambiental. Em caso de violação, estão previstas medidas disciplinares proporcionais à gravidade da infração.

O monitoramento do cumprimento do Código de Ética e dos demais procedimentos de integridade é conduzido por três estruturas principais:

- **Auditoria Interna:** estrutura formalmente instituída, com atuação independente, responsável por validar a aderência das operações às políticas internas e aos controles estabelecidos. Atua em todas as unidades da Companhia – sede administrativa, centros de distribuição, lojas próprias e controladas – por meio de auditorias periódicas, com emissão de relatórios técnicos que descrevem os achados, boas práticas observadas e eventuais não conformidades.

Após sua emissão, os relatórios são encaminhados aos departamentos envolvidos, que têm a oportunidade de apresentar suas observações e esclarecimentos. Em seguida, o material é analisado pelo Diretor Adjunto responsável pela área auditada, que conduz a definição de um plano de ação corretiva com foco na solução das irregularidades apontadas, mitigação de riscos e prevenção de reincidências.

plano de ação elaborado é então submetido à aprovação do Diretor Executivo responsável pela área. Após a aprovação, o plano é encaminhado ao Comitê de Auditoria, que realiza a avaliação final das medidas propostas, assegurando sua aderência às boas práticas de governança, efetividade no tratamento das não conformidades e alinhamento com os princípios institucionais da Companhia.

A Auditoria Interna também se reporta diretamente ao Comitê de Auditoria, garantindo autonomia funcional e independência técnica no exercício de suas atribuições

5.3 Programa de integridade

- **Comitê de Segurança da Informação:** instituído formalmente em junho de 2020, com caráter multidisciplinar, é responsável por supervisionar o cumprimento da Política de Segurança da Informação, zelar pela confidencialidade e integridade dos dados corporativos e monitorar os riscos cibernéticos. O Comitê atua em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), contribuindo para a governança da informação e a cultura de ética digital.
- **Comitê de Riscos:** estrutura permanente, vinculada à Diretoria Executiva, responsável pelo mapeamento e classificação dos principais riscos da Companhia, incluindo riscos de integridade. Atua de forma integrada com as demais áreas e comitês, subsidiando a atualização de políticas e práticas conforme os riscos identificados. As revisões dos riscos são realizadas periodicamente, com reavaliações formais ao menos uma vez por ano.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

Sim, a Companhia deve observar o Código de Ética e Conduta.

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Ética e Conduta da Companhia se aplica-se todos os colaboradores e Administradores, a Companhia possui um código específico para os fornecedores e prestadores de serviços.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Eventuais violações ao Código de Ética e Conduta estão sujeitas à aplicação de medidas disciplinares proporcionais à gravidade da infração, podendo incluir advertência, suspensão e, nos casos mais severos, a demissão do colaborador infrator por justa causa.

A apuração das condutas e a definição das sanções aplicáveis são de responsabilidade do Comitê de Ética, instância colegiada encarregada de avaliar situações que envolvam descumprimento do Código de Ética e Conduta ou de normas legais correlatas. O Comitê analisa os fatos com base em critérios

5.3 Programa de integridade

técnicos, observando o contraditório e a ampla defesa, assegurando a imparcialidade no processo decisório.

• órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Ética e Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração em 13 de fevereiro de 2020 e está disponível no website da Companhia: www.grazziotin.com.br, em Governança Corporativa.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O canal de denúncias é terceirizado.

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O canal de denúncias é destinado a todos os públicos, 24hrs por dia e 7 dias da semana.

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

Sim, o canal de denúncias garante o anonimato do denunciante. A Companhia possui mecanismos de proteção do denunciante com o objetivo de impedir retaliações em relação a ocorrências que violem o Código de Conduta, políticas, legislações e regulamentações aplicáveis ao negócio.

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.

As apurações frente aos fatos denunciados são conduzidas de forma imparcial e independente pelo Comitê de Conduta.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

5.3 Programa de integridade

Nos últimos três exercícios sociais, não foram identificados ou confirmados casos de desvios, fraudes, irregularidades ou atos ilícitos praticados contra a administração pública por colaboradores, administradores ou terceiros vinculados à Companhia.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

A Companhia possui regras, políticas, procedimentos e práticas implementadas com o objetivo de prevenir, detectar e remediar desvios de conduta, fraudes, irregularidades e atos ilícitos, inclusive aqueles que possam ser praticados contra a administração pública.

Entre os instrumentos adotados, destacam-se o Código de Ética e Conduta, o Canal de Denúncias independente, a atuação da Auditoria Interna, além das ações de treinamento e disseminação de cultura ética e de integridade conduzidas pelas áreas competentes. Essas estruturas integram o sistema de controles internos e governança corporativa da Companhia, reforçando o compromisso com a legalidade, a transparência e a integridade em todas as relações institucionais.

5.4 Alterações significativas

Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Não houve alterações significativas nos principais riscos. A empresa trabalha de forma permanente com o objetivo de reduzir a exposição a estes riscos.

5.5 Outras informações relevantes

Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		Composição capital social
Clique Master Fundo de Investimento em Ações					
26.840.592/0001-43	Brasil	Não	Não	29/04/2025	
Não					
518.150	6,025	1.670.265	13,935	2.188.415	10,631
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
V.R. Grazziotin S.A					
87.607.263/0001-41	Brasil	Sim	Sim	29/04/2025	
Não					
6.025.486	70,068	2.276.383	18,992	8.301.869	40,328
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
37.000	0,430	74.700	0,623	111.700	0,543
OUTROS					
2.018.816	23,476	7.964.816	66,450	9.983.632	48,498
TOTAL					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
8.599.452	100,000	11.986.164	100,000	20.585.616	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
V.R. Grazziotin S.A			87.607.263/0001-41		
ANA MARIA GRAZZIOTIN					
189.104.830-91	Brasil	Sim	Sim	30/04/2018	
Não					
6.748	0,029	6.279.137	32,395	6.285.885	14,844
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
LUCAS GRAZZIOTIN					
972.042.000-63	Brasil	Sim	Sim	30/04/2018	
Não					
3.050.230	13,283	643.829	3,322	3.694.059	8,723
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
MARCUS GRAZZIOTIN					
882.889.270-68	Brasil	Sim	Sim	30/04/2018	
Não					
3.050.339	13,283	745.722	3,847	3.796.061	8,964
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
V.R. Grazziotin S.A				87.607.263/0001-41		
MATIAS GRAZZIOTIN						
816.808.560-49	Brasil	Sim	Sim	30/04/2018		
Não						
3.050.230	13,283	643.829	3,322	3.694.059	8,723	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
RENATA GRAZZIOTIN						
582.131.390-20	Brasil	Sim	Sim	30/04/2018		
Não						
3.050.230	13,283	643.829	3,322	3.694.059	8,723	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
10.755.682	46,838	10.426.937	53,793	21.182.619	50,022	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
V.R. Grazziotin S.A				87.607.263/0001-41		
22.963.459	100,000	19.383.283	100,000	42.346.742	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	29/04/2025
Quantidade acionistas pessoa física	7.317
Quantidade acionistas pessoa jurídica	164
Quantidade investidores institucionais	53

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	2.528.370	29,402%
Quantidade preferenciais	8.042.325	67,097%
Total	10.570.695	51,350%

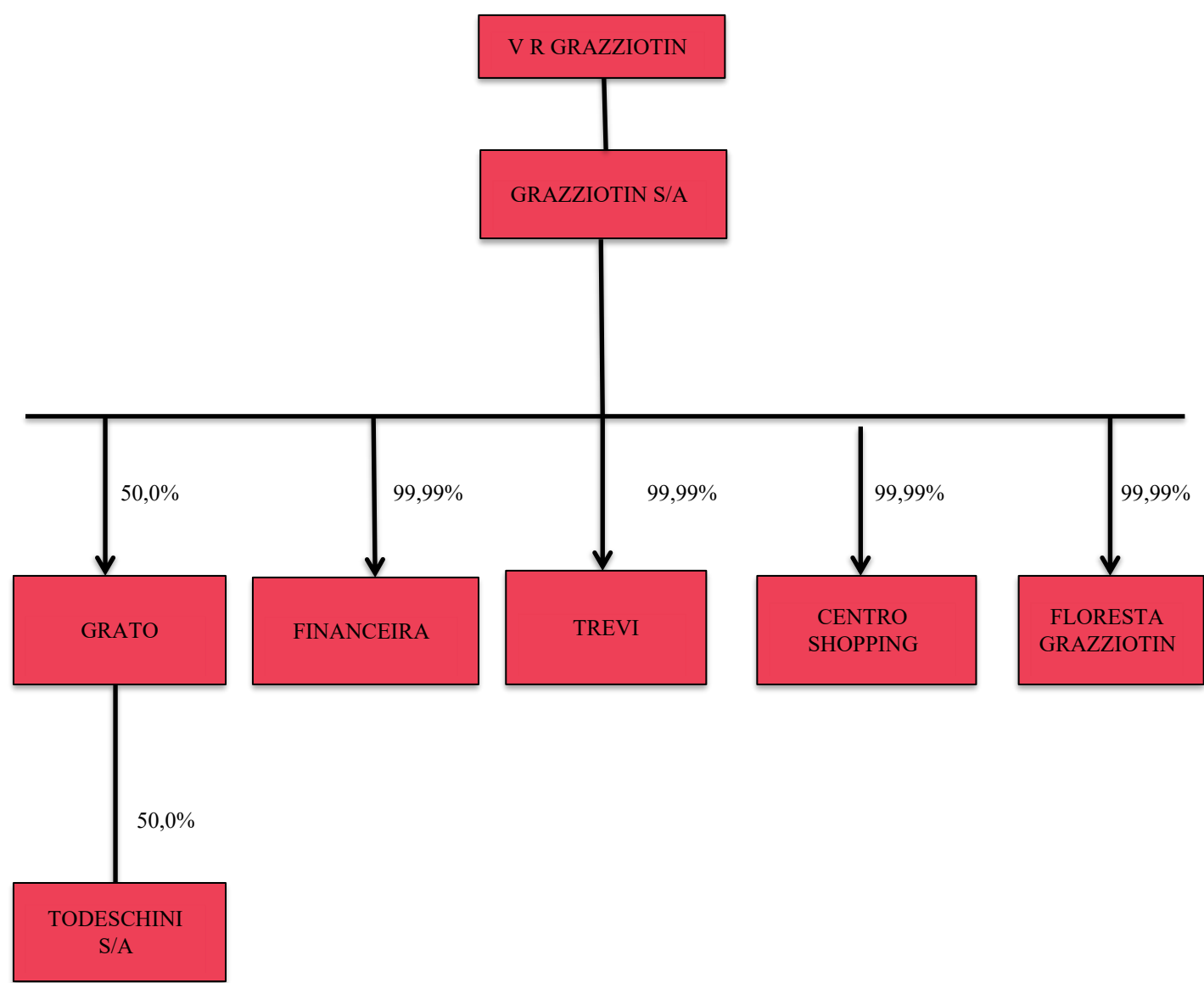
6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
Centro Shopping Empred.e Part.Ltda.	06.018.086/0001-66	99,99
Centro Shopping Empred.e Part.Ltda.	06.018.086/0001-66	99,99
Centro Shopping Empred.e Part.Ltda.	06.018.086/0001-66	99,99
Floresta Grazziotin Ltda	24.644.903/0001-73	99,99
Floresta Grazziotin Ltda	24.644.903/0001-73	99,99
Floresta Grazziotin Ltda	24.644.903/0001-73	99,99
Grato Agropecuária Ltda	92.007.459/0001-35	50
Grato Agropecuária Ltda	92.007.459/0001-35	50
Grato Agropecuária Ltda	92.007.459/0001-35	50
Trevi Participações Ltda	05.627.399/0001-59	99,99
Trevi Participações Ltda	05.627.399/0001-59	99,99
Trevi Participações Ltda	05.627.399/0001-59	99,99

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

6.5. Inserir organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere, indicando:

Estrutura do Emissor:



6.6 Outras informações relevantes

6.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações que o emissor julgue relevantes.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Assembleia geral e administração

Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

A Companhia adota uma Política de Indicação dos Administradores, aprovada pelo Conselho de Administração, que estabelece critérios objetivos, transparentes e alinhados às melhores práticas de governança corporativa para a seleção e nomeação de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

A política tem como objetivo garantir que os administradores indicados estejam alinhados aos valores e princípios da Companhia, possuam reputação ilibada, experiência profissional compatível com as atribuições dos cargos, e comprometimento com a ética, a integridade e o Código de Conduta. A política também prevê expressamente que os candidatos devem declarar previamente qualquer conflito de interesse, vínculo com agentes públicos, ou situação que possa comprometer a sua independência ou imparcialidade.

Conselho de Administração

As indicações para o Conselho de Administração são realizadas nos termos da Lei das Sociedades Anônimas, com base em um Plano de Sucessão estruturado. Os candidatos devem possuir visão estratégica, trajetória reconhecida e disponibilidade para o exercício pleno da função.

A política reforça o compromisso com a diversidade de competências, de experiências, de gênero, faixa etária, aspectos culturais e disponibilidade de tempo dos conselheiros, de modo a promover a pluralidade de ideias e a efetividade dos debates no colegiado.

É assegurado o cumprimento do percentual mínimo legal de 20% de membros independentes, conforme a Resolução CVM nº 80/2022. Cada candidato a conselheiro independente deve apresentar declaração formal de enquadramento nos critérios de independência, cuja análise é feita pelo Conselho de Administração, sendo a caracterização deliberada pela Assembleia Geral.

Diretoria Estatutária

A composição da Diretoria observa os requisitos legais e estatutários, sendo composta por profissionais qualificados, com sólida formação acadêmica e experiência compatível com os desafios estratégicos da Companhia. A indicação do Diretor Presidente é feita diretamente pelo Conselho de Administração,

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

com base em critérios como: avaliação de desempenho, plano de sucessão vigente e dados históricos de desempenho. Os demais Diretores são indicados pelo Presidente da Companhia e eleitos pelo Conselho.

A Política ainda contempla critérios de substituição em caso de vacância ou impedimentos, assegurando a continuidade da gestão.

A Política de Indicação dos Administradores está disponível para consulta pública no site da Companhia no endereço: <https://www.grazziotin.com.br/Governança/Estatuto, polítics e códigos>.

b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

A Companhia reserva o final das reuniões do Conselho de Administração, para avaliação do órgão como um todo.

i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência

As avaliações ocorrem anualmente.

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

A Companhia avalia seus conselheiros levando em consideração as características e responsabilidades específicas do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, buscando alcançar um alto nível de especialização durante a avaliação.

iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Não foram contratados serviços externos.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

O membro do Conselho de Administração, que tenha qualquer conflito de interesse em relação a alguma matéria em discussão ou deliberação em reunião, deve comunicar, imediatamente, seu conflito de interesses ou interesse particular, aos demais membros. Caso não o faça, outro membro do Conselho de Administração deve salientar o conflito, caso dele tenha ciência. Tão logo identificado o conflito de interesses em relação a um tema específico, o Conselheiro envolvido deve se abster e se afastar, inclusive fisicamente, de todas as discussões e deliberações sobre o tema, sendo que esse afastamento temporário deve ser registrado na ata da reunião.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

d. por órgão:

i. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferem não responder
Diretoria	1	2			
Conselho de Administração	2	5			
Conselho Fiscal	2	1			

ii. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferem não responder
Diretoria		3					
Conselho de Administração		7					
Conselho Fiscal		3					

iii. número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

Foram divulgados no quadro acima.

e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

Não se aplica.

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

O Conselho de Administração é responsável pela governança do processo local de gerenciamento de riscos, para que a Companhia seja gerenciada de maneira consciente e diligente, conforme as seguintes atribuições e responsabilidades:

- Decidir pela estrutura funcional e atribuições das áreas relacionadas à gestão de riscos;
- Definir uma tolerância de risco apropriada;
- Supervisionar e aprovar planos de resposta a riscos, quando necessário.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	1	2	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	2	5	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	2	1	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0	0	0
TOTAL = 16	5	11	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	0	0	0	0	0	3
Conselho de Administração - Efetivos	0	0	0	0	0	0	7
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	0	0	0	0	0	3
Conselho Fiscal - Suplentes	0	0	0	0	0	0	3
TOTAL = 16	0	0	0	0	0	0	16

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Prefere não responder
Diretoria	0	3	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	7	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	3	0
TOTAL = 16	0	16	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

Diretoria Estatutária;

Comitês de Assessoramento:

Comitê de Auditoria – Não estatutário;

Comitê ESG – Não estatutário

Comitê de Segurança da Informação - Não estatutário

b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A auditoria externa apresenta o seu plano de trabalho anualmente. A Companhia não possui uma Política de Contratação de Serviços de Extra-Auditoria.

c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

O Comitê ESG é o responsável para comunicar o Conselho questões de ESG.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e instalado

Nome CLOVIS MIGLIAVACCA **CPF:** 029.676.340-34 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Contador **Data de Nascimento:** 31/03/1944

Experiência Profissional: Contador certificado.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	29/04/2025	AGO DE 2026	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		29/04/2025	Sim	07/04/2016

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome	GILBERTO BEDIN	CPF:	373.349.130-00	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Contador	Data de Nascimento:	26/12/1967
Experiência Profissional:		Advogado e contador. Bacharel em Ciências Contábeis e Jurídicas e Sociais. Especialização em Direito Tributário pelo IBET/INEJ.									
Órgãos da Administração:											
Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato				
Conselho Fiscal	29/04/2025	AGO DE 2026	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		29/04/2025	Sim	06/04/2017				
Condenações:											
Tipo de Condenação		Descrição da Condenação									
N/A											

Nome	KÁTIA FRANCIELE DOS SANTOS	CPF:	939.187.710-91	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Contadora	Data de Nascimento:	08/08/1980
Experiência Profissional:		Executiva de Finanças com atuação em empresas nacionais e multinacionais. Atuação no exterior(Vienna/Áustria) como Diretora Administrativa. Hável experiência em processos corporativos. Experiências como Conselheira Independente: Viemar Automotive 01/2022 Atual Zenit - Parque Científico Tecnológico da UFRGS 05/2021 Atual Metalúrgica FIMAC 06/2021 Atual CCF - Conselheira Fiscal certificada pelo IBGC 03/2022 I Palestrante IBGC para Futuras Conselheiras: Finanças para Conselheiras de Administração: Importância do Financeiro auxiliando a tomada de decisão (viés estratégico) 07/2021.									
Órgãos da Administração:											
Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato				
Conselho Fiscal	29/04/2025	AGO DE 2026	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		29/04/2025	Sim	20/04/2022				
Condenações:											
Tipo de Condenação		Descrição da Condenação									

N/A

Nome

LAÍS MARTINS FRACASSO

CPF:

020.928.370-01

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Economista

Data de Nascimento:

07/09/1988

Experiência Profissional:

Especialista e mestra em Finanças pela UFRGS. Sócia da Fundamenta Investimentos, atuando como analista buy-side de empresas de capital aberto. Não é integrante do grupo econômico do emissor. É membro independente. Os critérios de independências foram definidos conforme o Art. 6º do Anexo K da Resolução CVM Nº 80.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	29/04/2025	Até próxima AGO	C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas		29/04/2025	Não	29/04/2024

Nome

LETÍCIA REICHERT VIEIRA

CPF:

751.207.390-91

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Advogada

Data de Nascimento:

17/07/1976

Experiência Profissional:

Graduação em Direito: Unisinos, São Leopoldo/RS, 2007. Especialização em Administração Industrial: USP - Escola Politécnica/Fundação Vanzolini, São Paulo/SP, 1999. Conselheira de Administração certificada – CCA IBGC. Atuação como Conselheira de Administração/Consultiva e membro de comitês em empresas de capital fechado de médio porte, grande porte e startups – com atuação em diferentes segmentos e negócios.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	26/04/2023	AGO 2026	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		05/05/2023	Sim	05/05/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome	LUCAS GRAZZIOTIN	CPF:	972.042.000-63	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Empresário	Data de Nascimento:	18/03/1980
Experiência Profissional:	Administrador de Empresas pela Atitus Educação. Conselheiro de Administração pela Fundação Dom Cabral. Cervejaria Farrapos - Indústria de bebidas - Sócio-diretor/Administrador - Entre 2010 à 2021. Atual membro do Conselho de Administração da Grazziotin S.A.										
Órgãos da Administração:											
Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato				
Conselho de Administração	26/04/2023	AGO DE 2026	Conselho de Administração (Efetivo)		26/04/2023	Sim	21/07/2020				
Condenações:											
Tipo de Condenação		Descrição da Condenação									
N/A											

Nome MARCUS GRAZZIOTIN **CPF:** 882.889.270-68 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 29/05/1975

Experiência Profissional: Bacharel em Administração de Empresas - Universidade de Passo Fundo (UPF) - Passo Fundo/RS (2001). Mestrado Científico Gerenciamento de Varejo - Universidade de Stirling - Escócia (2006). Diretor Adjunto - Rede Grazziotin (2006/2007). Diretor Comercial da Grazziotin S.A. (2007/2011). Diretor Vice-Presidente da Grazziotin S.A. (2011/atuamente). Presidente Conselho de Administração da Grazziotin S.A. Diretor da Trevi Participações Ltda. Diretor da Grazziotin Financeira S.A. Diretor do Centro Shopping Adm. e Partic. S.A. Diretor da Grato Agropecuária Ltda. Diretor da VR Grazziotin S.A. Diretor da GZT Comércio de Importação S.A. Diretor Presidente da Caulespar S.A. Diretor da Floresta Grazziotin Ltda.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	26/04/2023	AGO DE 2026	Conselheiro(Efetivo) e Dir. Vice Pres.		26/04/2023	Sim	08/04/2008

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome PAULO FARINA **CPF:** 237.926.710-34 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Empresário **Data de Nascimento:** 01/06/1954

Experiência Profissional: Formado em engenharia Mecânica pela PUCRS em 1978 e com Mestrado em Engenharia da produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Administrador da Móveis Carraro. Administrador da Grato Agropecuária Ltda.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	26/04/2023	AGO DE 2026	Vice Presidente Cons. de Administração		26/04/2023	Sim	03/04/2014

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome	PAULO GILMAR GOELZER	CPF:	299.606.220-53	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Administrador	Data de Nascimento:	10/07/1960
------	----------------------	------	----------------	-------------	--	----------------	--------	-------------	---------------	---------------------	------------

Experiência Profissional: Início da carreira na IGA (Independent Grocers Alliance / Aliança de Varejo Independentes). Atualmente “officer” da IGA responsável por funções de avaliação e estratégia de lojas. Como presidente do Instituto IGA Coca-Cola, responsável pela plataforma que administra mais de 30 "universidades corporativas" (centros de treinamento online) para empresas não filiadas a IGA, essas universidades oferecem desenvolvimento profissional para mais de 10.000 supermercados com 240.000 alunos ativos em 2019. Professor de cursos de mestrado na UNISINOS. Não é integrante do grupo econômico do emissor. É membro independente. Os critérios de independências foram definidos conforme o Art. 6º do Anexo K da Resolução CVM Nº 80.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	26/04/2023	AGO DE 2026	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		26/04/2023	Sim	21/07/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome

PEDRO PAULO THEIS

CPF:

058.456.880-00

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Contador

Data de Nascimento:

30/06/1950

Experiência Profissional:

Ocupou o cargo de Diretor Financeiro na empresa Grazziotin S.A.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	29/04/2025	AGO DE 2026	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		29/04/2025	Sim	07/04/2017

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome

RENATA GRAZZIOTIN

CPF:

582.131.390-20

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profis são:

Advogada

Data de Nascimento:

07/12/1969

Experiência Profissional:

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais - Universidade de Passo Fundo (UPF) (1991). Curso de Pós-Graduação em Marketing - ESPM - Porto Alegre/RS (1995). Curso de Pós-Graduação Lato Sensu - MBA em Marketing - Fundação Getúlio Vargas - Rio de Janeiro/RJ (2001). Diretora Adjunta da GZT Comércio e Importação (1995/2004). Vice-Presidente da Grazziotin S.A. (2008/2011). Diretora Presidente da Grazziotin S.A. (2011/atuualmente). Vice-Presidente do Conselho Administração da Grazziotin S/A. Diretora da Trevi Participações Ltda. Diretora da Grazziotin Financeira S.A. Diretora do Centro Shopping Adm. e Partic. S.A. Diretora Vice-Presidente da VR Grazziotin S.A. Diretora Vice-Presidente da GZT Comércio de Importação S.A. Diretora da Caulespar S.A. Diretora da Floresta Grazziotin Ltda.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	26/04/2023	AGO DE 2026	Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente		26/04/2023	Sim	08/04/2008

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome	RENATO BORGMANN SEVERO DE MIRANDA	CPF:	144.566.640-53	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Administrador	Data de Nascimento:	11/02/1950
-------------	-----------------------------------	-------------	----------------	--------------------	--	-----------------------	--------	--------------------	---------------	----------------------------	------------

Experiência Profissional: Diretor de Empresa-Bolsa Construções e Incorporadora Ltda.Diretor do Sistema FIERGS/CIERGS - Federação e Centro das Industrias do Rio Grande do Sul.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	26/04/2023	AGO DE 2026	Conselho de Administração (Efetivo)		26/04/2023	Sim	20/11/1997

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome	VALTER BIANCHI FILHO	CPF:	680.496.500-06	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Engenheiro	Data de Nascimento:	05/03/1975
-------------	----------------------	-------------	----------------	--------------------	--	-----------------------	--------	--------------------	------------	----------------------------	------------

Experiência Profissional: Mestre em Finanças pela UFRGS. Sócio-fundador da Fundamenta Investimentos. Não é integrante do grupo econômico do emissor. É membro independente. Os critérios de independências foram definidos conforme o Art. 6º do Anexo K da Resolução CVM Nº 80.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	29/04/2025	Até a próxima AGO	C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas		29/04/2025	Não	29/04/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

7.4 Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A empresa não opera com comitês, nem estatutários e nem não estatutários.

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte	Nacionalidade		
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Renata Grazziotin	582.131.390-20	GRAZZIOTIN S.A	92.012.467/0001-70	
Diretor	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
Ana Maria Grazziotin	189.104.830-91	V.R. Grazziotin S.A	87.607.263/0001-41	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Diretora Presidente	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Renata Grazziotin	582.131.390-20	GRAZZIOTIN S.A	92.012.467/0001-70	
Diretor	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
Marcus Grazziotin	882.889.270-68	GRAZZIOTIN S.A	92.012.467/0001-70	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Diretor Vice-Presidente.	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Renata Grazziotin	582.131.390-20	GRAZZIOTIN S.A	92.012.467/0001-70	
Diretor	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
Matias Grazziotin	816.808.560-49	GRAZZIOTIN S.A	92.012.467/0001-70	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Diretor Estatutário	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Renata Grazziotin	582.131.390-20	GRAZZIOTIN S.A	92.012.467/0001-70	
Diretor	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
Lucas Grazziotin	972.042.000-63	GRAZZIOTIN S.A	92.012.467/0001-70	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Conselheiro de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Matias Grazziotin	816.808.560-49	GRAZZIOTIN S.A	92.012.467/0001-70	
Diretor Estatutário	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
Renata Grazziotin	582.131.390-20	GRAZZIOTIN S.A	92.012.467/0001-70	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Diretora Presidente	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Matias Grazziotin	816.808.560-49	GRAZZIOTIN S.A	92.012.467/0001-70	
Diretor Estatutário	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
Marcus Grazziotin	882.889.270-68	GRAZZIOTIN S.A	92.012.467/0001-70	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Diretor Vice-Presidente	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Matias Grazziotin	816.808.560-49	GRAZZIOTIN S.A	92.012.467/0001-70	
Diretor Estatutário	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
Ana Maria Grazziotin	189.104.830-91	V.R. Grazziotin S.A	87.607.263/0001-41	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Diretora Presidente	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Matias Grazziotin	816.808.560-49	GRAZZIOTIN S.A	92.012.467/0001-70	
Diretor Estatutário	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
Lucas Grazziotin	972.042.000-63	GRAZZIOTIN S.A	92.012.467/0001-70	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Conselheiro de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Marcus Grazziotin	882.889.270-68	GRAZZIOTIN S.A	92.012.467/0001-70	
Vice-Presidente	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
Ana Maria Grazziotin	189.104.830-91	V.R. Grazziotin S.A	87.607.263/0001-41	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Diretora Presidente	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte	Nacionalidade		
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Marcus Grazziotin	882.889.270-68	GRAZZIOTIN S.A	92.012.467/0001-70	
Vice-Presidente	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
Matias Grazziotin	816.808.560-49	GRAZZIOTIN S.A	92.012.467/0001-70	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Diretor Estatutário	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Marcus Grazziotin	882.889.270-68	GRAZZIOTIN S.A	92.012.467/0001-70	
Vice-Presidente	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
Renata Grazziotin	582.131.390-20	GRAZZIOTIN S.A	92.012.467/0001-70	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Diretora Presidente	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Marcus Grazziotin	882.889.270-68	GRAZZIOTIN S.A	92.012.467/0001-70	
Vice-Presidente	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
Lucas Grazziotin	972.042.000-63	GRAZZIOTIN S.A	92.012.467/0001-70	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Conselheiro de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte	Nacionalidade		
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Lucas Grazziotin	972.042.000-63	GRAZZIOTIN S.A	92.012.467/0001-70	
Membro do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
Renata Grazziotin	582.131.390-20	GRAZZIOTIN S.A	92.012.467/0001-70	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Diretora Presidente	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Lucas Grazziotin	972.042.000-63	GRAZZIOTIN S.A	92.012.467/0001-70	
Membro do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
Marcus Grazziotin	882.889.270-68	GRAZZIOTIN S.A	92.012.467/0001-70	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Diretor Vice-Presidente	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Lucas Grazziotin	972.042.000-63	GRAZZIOTIN S.A	92.012.467/0001-70	
Membro do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
Matias Grazziotin	816.808.560-49	GRAZZIOTIN S.A	92.012.467/0001-70	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Diretor Estatutário	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Lucas Grazziotin	972.042.000-63	GRAZZIOTIN S.A	92.012.467/0001-70	
Membro do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
Ana Maria Grazziotin	189.104.830-91	V.R. Grazziotin S.A	87.607.263/0001-41	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Diretora Presidente	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há subordinação.

7.7 Acordos/seguros de administradores

Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A Companhia possui Apólice de Seguro D&O com vigência até 04 de novembro de 2025. Existe uma extensão de cobertura que cobre aos Prejuízos Indenizáveis decorrentes de Reclamações apresentadas contra um Segurado que tenha se aposentado ao longo da vigência da Apólice, enquanto exercia o cargo ou função que o qualificava como segurado, durante um Prazo Complementar PERPÉTUO, observando-se que o Prazo Complementar aqui previsto não importa de forma alguma na ampliação da vigência da Apólice. Não há qualquer previsão em contrato, apólice de seguro ou outros mecanismos de remuneração ou indenização para o caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

7.8 Outras informações relevantes

Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

8.1 Política ou prática de remuneração

8. Remuneração dos administradores

Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Política possui os seguintes objetivos: (i) recompensar, reter e incentivar os Executivos na condução de seus negócios, observados os limites de risco adequados, estando alinhada aos interesses dos acionistas; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e que permitam também o reconhecimento e a valorização da performance da Companhia; e (iii) assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos aos Executivos.

O Conselho de Administração aprovou a política de remuneração dos Administradores no dia 29/04/2021.

A Política pode ser consultada no website da Companhia (www.grazziotin.com.br), bem como, nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O Comitê de Pessoas é responsável por recomendar ao Conselho de Administração as políticas e níveis de remuneração individual dos Conselheiros e Diretoria, considerando as boas práticas de governança corporativa, pesquisas de remuneração de mercado e outros aspectos como habilidades, experiência e histórico dos Conselheiros. O Comitê de Pessoas, assessorado pela área de Recursos Humanos e Jurídico da Companhia, é responsável pela análise das políticas e programas de remuneração dos Administradores. Atribui-se ao Conselho de Administração aprovar e definir a

8.1 Política ou prática de remuneração

distribuição da verba global anual entre os Conselheiros e Diretores, após considerar o parecer do Comitê de Pessoas.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração individual dos membros da Diretoria Estatutário e do Conselho de Administração leva em consideração a função desempenhada por cada um dos membros, bem como a participação em reuniões prevista para o exercício. O principal indicador é o lucro alcançado no exercício.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Anualmente o Conselho de Administração avalia.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**
- **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**
- **sua metodologia de cálculo e de reajuste**
- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

Conselho de Administração:

- **Pró-labore:** corresponde à remuneração mensal-fixa e tem por objetivo oferecer a contraprestação pelo desempenho das responsabilidades em cada cargo;
- **Participação nos resultados:** correspondem à remuneração anual variável e tem por objetivo alinhar mais estritamente o desempenho de cada gestor com os resultados pretendidos pela Companhia.
- **POPA:** plano de opção de ações. Os beneficiários podem investir até 50% de sua remuneração variável anual, na compra de ações da Companhia. Trata-se de um incentivo, na estratégia de melhoria

8.1 Política ou prática de remuneração

dos negócios, e no preço de suas ações em bolsa, no longo prazo. São reembolsados, pela Companhia, das despesas de locomoção e estadia, no desempenho de sua função.

Diretoria estatutária:

- Pró-labore: correspondem à remuneração mensal-fixa e tem por objetivo oferecer a contraprestação pelo desempenho das responsabilidades em cada cargo;
- Participação nos resultados: correspondem à remuneração anual variável e tem por objetivo alinhar mais estritamente o desempenho de cada gestor com os resultados pretendidos pela Companhia.
- POPA: plano de opção de ações. Os beneficiários podem investir até 50% de sua remuneração variável anual, na compra de ações da Companhia. Trata-se de um incentivo, na estratégia de melhoria dos negócios, e no preço de suas ações em bolsa, no longo prazo.
- Benefícios: que seguem os valores de mercado, tais como: plano de saúde, telefone móvel, seguro de vida e automóvel.

Diretoria não estatutária:

- Salários: correspondem à remuneração mensal-fixa e tem por objetivo oferecer a contraprestação pelo desempenho das responsabilidades em cada cargo;
- Participação nos resultados: correspondem à remuneração anual variável e tem por objetivo alinhar mais estritamente o desempenho de cada gestor com os resultados pretendidos pela Companhia, que possui um acordo aprovado pelo sindicato da categoria.
- POPA: plano de opção de ações. Os beneficiários podem investir até 50% de sua remuneração variável anual, na compra de ações da Companhia. Trata-se de um incentivo, na estratégia de melhoria dos negócios, e no preço de suas ações em bolsa, no longo prazo.
- Benefícios: que seguem os valores de mercado, tais como: plano de saúde, telefone móvel, seguro de vida e automóvel.

Conselho Fiscal:

- Remuneração fixa mensal, de acordo com a legislação societária;
- Não participam da remuneração variável anual.
- São reembolsados, pela Companhia, das despesas de locomoção e estadia, no desempenho de sua função.

Proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

8.1 Política ou prática de remuneração

EXERCÍCIOS SOCIAIS	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Conselho de Administração	100% remuneração fixa	100% remuneração fixa	100% remuneração fixa
Diretoria estatutária	100% remuneração fixa	100% remuneração fixa	100% remuneração fixa
Conselho Fiscal	100% remuneração fixa	100% remuneração fixa	100% remuneração fixa

Metodologia de cálculo e de reajuste

O reajuste da remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria, são definidas pela Assembleia. Os valores são aprovados de forma global, e em reunião do Conselho, este define a distribuição individual da verba, respeitando o limite definido pela AGO. O reajuste da remuneração da diretoria não estatutária é feito anualmente, em sintonia com o acordo coletivo celebrado com os sindicatos do comércio e varejista. São balizados pela prática do mercado da região. São levados em conta o potencial dos executivos, habilidade específica, desafios funcionais, e outras particularidade da função.

Não há indicadores de desempenho ESG que são levados em consideração, no momento.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

Remunerar os profissionais de acordo com as responsabilidades do cargo, práticas de mercado e nível de competitividade da Companhia. Os valores pagos a título de participação nos resultados e o POPA fazem com que os Diretores e Conselheiros compartilhem o risco e o resultado da Companhia, permitindo assim um alinhamento de interesses entre os executivos e os acionistas da Companhia. Procura-se balancear a remuneração, visando conjugar os resultados de curto com os de longo prazo.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não existem membros não remunerados.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

8.1 Política ou prática de remuneração

Há administradores que exercem cargos nas sociedades Grazziotin Financiadora e Grato Agropecuária. Nestes casos eles recebem a devida remuneração pelo exercício destes cargos, constituído por pró-labore.

GRAZZIOTIN FINANCEIRA

EXERCÍCIOS SOCIAIS	2024	2023	2022
Remuneração fixa anual, segregada em: salário ou pró-labore	R\$ 1.461.000,00	R\$ 1.392.000,00	1.344.000.00
Quantidades de membros	3	3	3
TOTAL	R\$ 1.461.000,00	R\$ 1.392.000,00	1.344.000.00

GRATO AGROPECUÁRIA

EXERCÍCIOS SOCIAIS	2024	2023	2022
Remuneração fixa anual, segregada em: salário ou pró-labore	R\$ 385.920,00	R\$ 367.536,00	330.216,00
Quantidades de membros	2	2	2
TOTAL	R\$ 385.920,00	R\$ 367.536,00	330.216,00

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,00	6,00	16,00
Nº de membros remunerados	5,00	3,00	3,00	11,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	327.408,00	1.922.964,00	327.408,00	2.577.780,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	0			
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	311.832,00	1.831.404,00	0,00	2.143.236,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	639.240,00	3.754.368,00	327.408,00	4.721.016,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,00	6,00	16,00
Nº de membros remunerados	5,00	3,00	3,00	11,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	311.832,00	1.831.404,00	183.132,00	2.326.368,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	297.012,00	1.744.200,00	0,00	2.041.212,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	608.844,00	3.575.604,00	183.132,00	4.367.580,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,00	6,00	16,00
Nº de membros remunerados	5,00	3,00	3,00	11,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	297.012,00	1.744.200,00	174.600,00	2.215.812,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	211.488,00	1.536.000,00	0,00	1.747.488,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	508.500,00	3.280.200,00	174.600,00	3.963.300,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,00	6,00	16,00
Nº de membros remunerados	5,00	3,00	3,00	11,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	211.488,00	1.536.000,00	154.080,00	1.901.568,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	192.000,00	1.398.552,00	0,00	1.590.552,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	403.488,00	2.934.552,00	154.080,00	3.492.120,00

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	7,00	3,00	6,00	16,00
N° de membros remunerados	5,00	3,00	3,00	11,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	297012,00	1744200,00	0,00	2.041.212,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	297012,00	1744200,00	0,00	2.041.212,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	7,00	3,00	6,00	16,00
N° de membros remunerados	5,00	3,00	3,00	11,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	211488,00	1536000,00	0,00	1.747.488,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	211488,00	1536000,00	0,00	1.747.488,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1536000,00	0,00	1.536.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	7,00	3,00	6,00	16,00
N° de membros remunerados	5,00	3,00	3,00	11,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	212000,00	1398552,00	0,00	1.610.552,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	212000,00	1398552,00	0,00	1.610.552,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	212000,00	1398552,00	0,00	1.610.552,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	212000,00	1398552,00	0,00	1.610.552,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. termos e condições gerais

O plano se aplica ao Conselho de Administração, a Diretoria Estatutária e Diretoria não Estatutária. Foi aprovado na AGE de 24/09/2008. O Conselho tem poderes para:

- a. relacionar as pessoas elegíveis a comprar as ações.
- b. definir o preço de exercício
- c. propor alterações no plano
- d. definir limites de utilização do plano O participante decide:
- e. se compra ou não as ações
- f. pode investir, até 50% de sua gratificação variável anual as ações:
 - Ficam indisponíveis por dois anos, e após, são liberadas 1/3 a cada ano.

A Companhia:

- g. emite as ações, na quantidade solicitada pelos beneficiários.
- h. Nosso plano de opções, não exige nenhuma contrapartida dos executivos, de prestação de serviços, ou atingimento de metas.

b. data de aprovação e órgão responsável

Foi aprovado na AGE de 24/09/2008

c. número máximo de ações abrangidas

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de emissão de ações de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do total de ações do capital social da Companhia existente, na data de cada outorga.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

d. número máximo de opções a serem outorgadas

O limite máximo de ações a serem outorgadas, é de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do total de ações do capital social da Companhia existente, na data de cada outorga.

Limites para os participantes:

O limite anual para aquisição de ações, por beneficiário, é 50% da sua participação nos lucros.

Ações ou opções:

Nosso plano descreve opções de ações.

O beneficiário tem a opção de comprar ou não comprar as ações.

Para maior praticidade, as ações são adquiridas e imediatamente emitidas e entregues aos beneficiários

e. condições de aquisição de ações

O beneficiário deve ter permanecido no cargo no último exercício social completo.

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço mínimo de exercício será equivalente a 70% (setenta por cento) do valor médio ponderado das ações, apurado com base nos pregões na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, ocorridos em 180 (cento e oitenta) dias anterior à data da concessão da opção. O preço médio deverá ser ajustado se no período ocorrer desdobramento, grupamento ou bonificação de ações da companhia.

g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

O Conselho de Administração decide o prazo de subscrição, no mês de abril de cada ano. O beneficiário pode subscrever as ações até 10 dias após o recebimento de sua gratificação anual.

h. forma de liquidação

Pagamento a vista, no ato da subscrição.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

i. restrições à transferência das ações

A liberação das ações, para venda ou transferência, é escalonada no tempo. No 1º e 2º ano ficam 100% indisponíveis. 1/3 são liberados no 3º ano 1/3 são liberados no 4º ano 1/3 são liberados no 5º ano.

Após transcorridos os prazos acima, não existem outras restrições.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de administração tem poderes para rever o plano. Não existem critérios definidos para as situações acima.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Em caso de falecimento ou invalidez permanente do participante, todas as ações ficam liberadas. Se o participante solicitar demissão, ou for demitido, permanecem válidas as regras de indisponibilidade.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		3,00		3,00
Nº de membros remunerados		3,00		3,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto		23,982000		23,98
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social		48314,00		48.314,00
Perdas e expiradas durante o exercício social		0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social		48314,00		48.314,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		3,00		3,00
Nº de membros remunerados		3,00		3,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto		19,961000		19,96
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social		38728,00		38.728,00
Perdas e expiradas durante o exercício social		0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social		38728,00		38.728,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		3,00		3,00
Nº de membros remunerados		3,00		3,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto		12,467000		12,47
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social		24120,00		24.120,00
Perdas e expiradas durante o exercício social		0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social		24120,00		24.120,00

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. data de outorga
- e. quantidade de opções outorgadas
- f. prazo para que as opções se tornem exercíveis
- g. prazo máximo para exercício das opções
- h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções
- i. valor justo das opções na data da outorga
- j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga

2024

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria
b. Número total de membros	7	3
c. Número de membros remunerados	5	3
d. Data de outorga	-	13/06/2024
e. Quantidade de opções outorgadas	-	48.314
f. Prazo para que as opções se tornem exercíveis	100% em 5 anos	100% em 5 anos
g. Prazo máximo para exercício das opções	-	13/06/2024
h. Prazo de restrições à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	5 anos	5 anos
i. Valor justo das opções na data da outorga	-	R\$ 18,05
j. Multiplicação da quantidade de ações	-	R\$ 872.067,70

8.6 Outorga de opções de compra de ações

outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga		
---	--	--

2023

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria
b. Número total de membros	7	3
c. Número de membros remunerados	5	3
d. Data de outorga	-	23/05/2023
e. Quantidade de opções outorgadas	-	38.728
f. Prazo para que as opções se tornem exercíveis	100% em 5 anos	100% em 5 anos
g. Prazo máximo para exercício das opções	-	23/05/2023
h. Prazo de restrições à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	5 anos	5 anos
i. Valor justo das opções na data da outorga	-	R\$ 19,83
j. Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	R\$ 767.976,24

Exercício - 2022

k. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria
l. Número total de membros	6	3
m. Número de membros remunerados	4	3
n. Data de outorga	-	31/08/2022
o. Quantidade de opções outorgadas	-	24.120
p. Prazo para que as opções se tornem exercíveis	100% em 5 anos	100% em 5 anos
q. Prazo máximo para exercício das opções	-	31/08/2022
r. Prazo de restrições à transferência das ações recebidas em	5 anos	5 anos

8.6 Outorga de opções de compra de ações

decorrência do exercício das opções		
s. Valor justo das opções na data da outorga	-	R\$ 28,99
t. Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	R\$ 699.238,80

8.7 Opções em aberto

Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão

b. número total de membros

c. número de membros remunerados

d. em relação às opções ainda não exercíveis

i. quantidade

ii. data em que se tornarão exercíveis

iii. prazo máximo para exercício das opções

iv. prazo de restrição à transferência das ações

v. preço médio ponderado de exercício

vi. valor justo das opções no último dia do exercício social

e. em relação às opções exercíveis

i. quantidade

ii. prazo máximo para exercício das opções

iii. prazo de restrição à transferência das ações

iv. preço médio ponderado de exercício

v. valor justo das opções no último dia do exercício social

f. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não se aplica, pois não existiam opções em aberto.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
- b. número total de membros**
- c. número de membros remunerados**
- d. número de ações**
- e. preço médio ponderado de exercício**
- f. preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas**
- g. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas**

Não se aplica.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão

b. número total de membros

c. número de membros remunerados

d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários

Não se aplica.

8.10 Outorga de ações

8.10 Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. data de outorga
- e. quantidade de ações outorgadas
- f. prazo máximo para entrega das ações
- g. prazo de restrição à transferência das ações
- h. valor justo das ações na data da outorga
- i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga

Exercício - 2024

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria
b. Número total de membros	7	3
c. Número de membros remunerados	5	3
d. Data de outorga	-	13/06/2024
e. Quantidade de opções outorgadas	-	48.314
f. Prazo máximo para entrega das ações	-	13/06/2024
g. Prazo de restrição à transferência das ações	-	100% em 5 anos
h. Valor justo das ações na data da outorga	-	R\$ 18,05
i. Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	R\$ 872.067,70

8.10 Outorga de ações

Exercício – 2023

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria
b. Número total de membros	7	3
c. Número de membros remunerados	5	3
d. Data de outorga	-	23/05/2023
e. Quantidade de opções outorgadas	-	38.728
f. Prazo máximo para entrega das ações	-	23/05/2023
g. Prazo de restrição à transferência das ações	-	100% em 5 anos
h. Valor justo das ações na data da outorga	-	R\$ 19,83
i. Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	R\$ 767.976,24

Exercício - 2022

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria
b. Número total de membros	6	3
c. Número de membros remunerados	4	3
d. Data de outorga	-	31/08/2022
e. Quantidade de opções outorgadas	-	24.120
f. Prazo máximo para entrega das ações	-	31/08/2022
g. Prazo de restrição à transferência das ações	-	5 anos
h. Valor justo das ações na data da outorga	-	R\$ 28,99
i. Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	R\$ 699.238,80

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros		3,00	
Nº de membros remunerados		3,00	
Nº de ações		48.314	
Preço médio ponderado de aquisição		18,05	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		25,77	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		-372.984,08	
Esclarecimento			

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros		3,00	
Nº de membros remunerados		3,00	
Nº de ações		38.728	
Preço médio ponderado de aquisição		19,83	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		28,33	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		-329.188,00	
Esclarecimento			

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros		3,00	
Nº de membros remunerados		3,00	
Nº de ações		24.120	
Preço médio ponderado de aquisição		28,99	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		41,41	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		-299.570,40	
Esclarecimento			

8.12 Precificação das ações/opções

Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação

O preço mínimo de exercício será equivalente a 70% (setenta por cento) do valor médio ponderado das ações, apurado com base nos pregões na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, ocorridos em 180 (cento e oitenta) dias anterior à data da concessão da opção. O preço médio deverá ser ajustado se no período ocorrer desdobramento, grupamento ou bonificação de ações da companhia.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Cremos que as informações do item “a” acima, sejam suficientes.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não se aplica, pois não ocorrem exercícios antecipados.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

Não se aplica, pois não existem “opções”. São adquiridas diretamente, as ações.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não se aplica. Não é utilizada nenhuma outra característica.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

SociedadeE	Conselho da Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal		Total	
Grazziotin	ON 17.979	PN 137.570	ON 25.958	PN 1.080.787	ON 100	PN 16.900	ON 44.037	PN1.235.257
Ações detidas diretamente								
VR Grazziotin holding								
Ações detidas indiretamente	ON 6.025.486	PN 2.276.383						

8.14 Planos de previdência

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

a. órgão

b. número total de membros

c. número de membros remunerados

d. nome do plano

e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar

f. condições para se aposentar antecipadamente

g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Não se aplica, a companhia não possui planos de previdência privada.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária		Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Nº de membros	3,00	3,00	7,00	7,00	7,00	6,00	6,00	6,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	5,00	5,00	5,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneraçãoReal	1.549.800,00	1.452.000,00	149.340,00	125.724,00	100.872,00	61.044,00	58.200,00	51.360,00
Valor da menor remuneraçãoReal	842.544,00	708.000,00	114.876,00	108.912,00	100.872,00	61.044,00	58.200,00	51.360,00
Valor médio da remuneraçãoReal	1.191.868,00	1.093.400,00	121.769,00	112.274,00	100.872,00	61.044,00	58.200,00	51.360,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2024	a) O Presidente e o Vice-presidente não receberam remuneração para o exercício deste cargo. b)Para determinar o número de membros de cada órgão, foi somado o número de membros em cada mês do ano e dividido por 12 (média simples).	
31/12/2023	a) O Presidente e o Vice-presidente não receberam remuneração para o exercício deste cargo. b)Para determinar o número de membros de cada órgão, foi somado o número de membros em cada mês do ano e dividido por 12 (média simples).	
31/12/2022	a) O Presidente e o Vice-presidente não receberam remuneração para o exercício deste cargo. b)Para determinar o número de membros de cada órgão, foi somado o número de membros em cada mês do ano e dividido por 12 (média simples). c)São considerados apenas os membros que exerceram a função por 12 meses.	

	Conselho Fiscal	
	Observação	Esclarecimento

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não temos. A companhia não possui mecanismos de remuneração ou indenização nesse sentido.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Órgãos	2022	2023	2024	Estimativa 2025
Conselho de administração	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%
Diretores estatutários	100%	100%	100%	100%
Conselho fiscal	0	0	0	0

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não se aplica, pois não existem.

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Documento não preenchido.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

EXERCÍCIO 2022	Conselho de Administrativo Pró-labore	Diretores Estatutários Pró-labore	Conselho Fiscal Pró-labore	TOTAL
Controle diretos e indiretos	0	0	0	0
Controladas do emissor	0	1.344.000,00	0	1.344.000,00
Sociedade sob controle comum	0	0	0	0
TOTAL	0	1.344.000,00	0	1.344.000,00

EXERCÍCIO 2023	Conselho de Administrativo Pró-labore	Diretores Estatutários Pró-labore	Conselho Fiscal Pró-labore	TOTAL
Controle diretos e indiretos	0	0	0	0
Controladas do emissor	0	1.392.000,00	0	1.392.000,00
Sociedade sob controle comum	0	0	0	0
TOTAL	0	1.392.000,00	0	1.392.000,00

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

EXERCÍCIO 2024	Conselho de Administrativo Pró-labore	Diretores Estatutários Pró-labore	Conselho Fiscal Pró-labore	TOTAL
Controle diretos e indiretos	0	0	0	0
Controladas do emissor	0	1.461.600,00	0	1.461.600,00
Sociedade sob controle comum	0	0	0	0
TOTAL	0	1.461.600,00	0	1.461.600,00

8.20 Outras informações relevantes

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	004189	
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	57.755.217/0001-29
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço	
05/02/2020	05/02/2020	
Descrição dos serviços prestados		
Auditoria nas Demonstrações Financeiras Anuas e Intermediárias.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social		
Em 2022, o valor dos honorários relativos a serviços de auditoria externa será de R\$ 373.210,36.		
Justificativa da substituição		
Término do Contrato de Prestação de Serviços		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa		
Não aplicável na medida que não houve discordância da justificativa		

Código CVM do Auditor	002879		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	61.562.112/0001-20	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
21/01/2023	21/01/2023		
Descrição dos serviços prestados			
Auditoria nas Demonstrações Financeiras Anuas e Intermediárias.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
Em 2025, o valor dos honorários relativos a serviços de auditoria externa será de R\$ 475.706,70 considerando os trabalhos em todas as controladas.			
Justificativa da substituição			
Não houve			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não houve			

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes

Não houve contratação de outros serviços além da auditoria.

9.4 Outras informações relevantes

9.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Política da empresa Grazziotin S/A junto aos auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços, está fundamentada em princípios que preservam a independência do auditor.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	343	75	0	0	0
Não-liderança	2035	417	0	0	0
TOTAL = 2.870	2378	492	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	2	349	14	53	0	0	0
Não-liderança	9	1901	126	413	3	0	0
TOTAL = 2.870	11	2250	140	466	3	0	0

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	145	234	39
Não-liderança	1539	710	203
TOTAL = 2.870	1684	944	242

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
Liderança	5	413	0
Não-liderança	134	2318	0
TOTAL = 2.870	139	2731	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	0	0	0	418	0
Não-liderança	0	0	0	0	2436	16
TOTAL = 2.870	0	0	0	0	2854	16

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	0	0	0	0	0
Sul	2370	484	0	0	0
Exterior	8	8	0	0	0
TOTAL = 2.870	2378	492	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indigena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	0	0	0	0	0	0	0
Sul	10	2245	139	458	2	0	0
Exterior	1	5	1	8	1	0	0
TOTAL = 2.870	11	2250	140	466	3	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	0	0	0
Sul	1674	938	242
Exterior	10	6	0
TOTAL = 2.870	1684	944	242

10.1 Descrição dos recursos humanos

A Companhia fez o preenchimento no quadro.

10.2 Alterações relevantes

10.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 acima

Não houve mudanças relevantes nos últimos três exercícios sociais.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3. Descrever as políticas e práticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a. política de salários e remuneração variável

O sistema de remuneração procura alertar as práticas de Recursos Humanos, buscando sinergia entre as ações e as estratégias de negócios, além de, estimular o desenvolvimento das pessoas e sua capacitação. A retenção e a evolução profissional dos colaboradores são buscadas para viabilizar a estratégia de crescimento da Companhia.

Salários fixos: a empresa tem como política o salário fixo que são reajustados anualmente, pela convenção dos sindicatos da categoria em cada cidade. Ainda há a concessão de reajustes salariais espontâneos baseados no desempenho do colaborador, nível e posição nas faixas salariais.

Remuneração variável: a empresa não adota a política de remuneração variável (comissões).

b. política de benefícios

Desde 1994 a empresa institui a APR (Administração Por Resultados), onde os funcionários recebem o benefício anualmente, conforme acordo com os sindicatos. A legislação só veio a prever este benefício alguns anos depois. Este benefício é variável, definido por objetivos e metas a serem atingidas, e é limitado a 10% do lucro líquido da empresa no exercício. Os beneficiados são todos os funcionários que estejam no mínimo há seis meses na empresa.

A política de benefícios para os funcionários ainda inclui: assistência médica, vale refeição, vale transporte e desconto nas compras em todas as redes de lojas da Companhia.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

i. grupos de beneficiários

ii. condições para exercício

iii. preços de exercício

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

iv. prazos de exercício

v. quantidade de ações comprometidas pelo plano

i. grupos de beneficiários	Aplicam-se aos empregados, <u>diretores não estatutários</u> . As características são as mesmas aplicáveis aos administradores, e descritas no tópico “8.4”
ii. condições para exercício	
iii. preços de exercício	
iv. prazos de exercício	
v. quantidade de ações comprometidas pelo plano	

d. razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social

A diferença entre a menor remuneração e a mediana da remuneração individual dos colaboradores é de 5,08 vezes.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
66.150,00	9.926,00	6,66
Esclarecimento		

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4. Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

A relação entre o emissor e os sindicatos é baseada na confiança, respeito e sociabilidade, ocorrendo de forma direta na sede administrativa em Passo Fundo/RS, e pelas entidades de classe nas outras cidades onde há filiais. As negociações são conduzidas de modo pacífico, sem contestações e greves.

11.1 Regras, políticas e práticas

11. Transações com partes relacionadas

11.1. Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Realizamos, no curso normal de nossos negócios, operações comerciais com nossas partes relacionadas. Os referidos negócios são celebrados a preços, prazos, encargos financeiros e demais condições compatíveis com as de mercado.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Centro Shopping Empred.e Part.Ltda.	31/12/2024	932.000,00	17.000,00	Não é possível auferir	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Cessão de espaço físico para instalação de loja					
Garantia e seguros	Não existem garantias e seguros relacionados					
Rescisão ou extinção	Aviso prévio					
Natureza e razão para a operação	Arrendamento operacional					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Centro Shopping Empred.e Part.Ltda.	21/11/2024	100.000,00	0	Não é possível auferir	30 dias.	1,00
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Contrato de Empréstim					
Garantia e seguros	Não existe garantias.					
Rescisão ou extinção	Aviso prévio.					
Natureza e razão para a operação	Empréstimo para o fluxo de caixa do Centro Shopping, em virtude de reformas pós enchentes no prédio em Porto Alegre/RS.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
GRATO AGROPECUÁRIA LTDA	31/12/2024	250.000,00	0	Não é possível auferir	Prazo indeterminado	0
Relação com o emissor	Joint Venture					
Objeto contrato	Prestação de serviços administrativo					
Garantia e seguros	Não há garantias					
Rescisão ou extinção	Aviso prévio de 30 dias					
Natureza e razão para a operação	Serviços					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Grazziotin Financeira S.A	31/12/2024	7.951.000,00	0,00	N.ão .é p.oss.íve.l a.ufe.rir	Os Contratos são por prazo determinado	0,000000
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Prestação de serviços de contabilidade, crédito, cobrança e sistemas e comissionament					
Garantia e seguros	Não existem garantias e seguros relacionados					
Rescisão ou extinção	Não existem condições de rescisão ou extinção					
Natureza e razão para a operação	.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Grazziotin Financeira S.A	31/12/2024	512.000,00	0,00	Não é possível auferir	Os Contratos são por prazo determinado	0,000000
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Aplicações financeira					
Garantia e seguros	Não existem garantias e seguros relacionados					
Rescisão ou extinção	Não existem condições de rescisão					
Natureza e razão para a operação	Financeira.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Grazziotin Financeira S.A	31/12/2024	3.339.000,00	0	Não é possível auferir	Indeterminado.	
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Financiamento de clientes da Grazziotin S/					
Garantia e seguros	Não há garantias.					
Rescisão ou extinção	Aviso prévio sem ônus.					
Natureza e razão para a operação	Financeira.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Mundiart S/A	31/12/2024	93.708.000,00	0	N.ão .é p.oss.íve.l a.ufe.rir	Os Contratos são com prazo definido, a cada operação mercantil	0,000000
Relação com o emissor	Relacionada indiretamente, o que lhe confere significativa influência sobre a entidade					
Objeto contrato	Compra de produtos rotineira destinadas à revenda pela Grazziotin S/A, inerentes ao curso normal de seus negócios					
Garantia e seguros	Não existem garantias e seguros relacionados					
Rescisão ou extinção	Não existem condições de rescisão ou extinção					
Natureza e razão para a operação	Natureza comercial					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Mundiart S/A	31/12/2024	158.000,00	0	N.ão .é p.oss.íve.l a.ufe.rir	indeterminado	
Relação com o emissor	Relacionada indiretamente, o que lhe confere significativa influência sobre a entidade					
Objeto contrato	Prestação de serviços de assessoria jurídica e infraestrutura tecnológica					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Aviso prévio de 30 dias					
Natureza e razão para a operação	Serviços					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
VR Grazziotin S.A	31/12/2024	28.000,00	0	Não é possível auferir	indeterminado	0
Relação com o emissor	Controladora					
Objeto contrato	Prestação de Serviços contábeis e jurídico					
Garantia e seguros	Não há					
Rescisão ou extinção	Aviso prévio de 30 dias					
Natureza e razão para a operação	Serviços					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'**n. medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses**

A Companhia possui diretrizes para assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses envolvendo Companhia sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de condições de mercado, prezando as melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparência. As diretrizes encontram-se no Regimento Interno do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal.

Ainda, o Código de Ética da Companhia conta com tópico que também aborda o tema relacionado ao conflito de interesses. A Companhia irá elaborar uma Política de Transações com Partes Relacionadas.

o. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado**Grazziotin Financeira S/A – Prestação de Serviços**

Trata-se de mero compartilhamento de despesas de acordo com custo efetivamente dispendido pela Companhia com os departamentos específicos compartilhados e percentual utilizado pela parte relacionada. Ainda, comissionamento recebido pela gestão da intermediação de venda de seguros.

Grazziotin Financeira S/A – Aplicações Financeiras

Trata-se de um investimento da Grazziotin S/A na Grazziotin Financeira em letra de câmbio.

Centro Shopping Empred e Part Ltda

Trata-se de arrendamento operacional de cessão de espaço para instalação de loja. A cessão foi nas mesmas condições de mercado da região. O valor da cessão mensal pode variar conforme a meta de venda alcançada pela loja.

11.2 Itens 'n.' e 'o.'**Mundiart S/A**

A Mundiart é uma empresa importadora e atua como fornecedora de produtos para a Companhia, sendo classificada como parte relacionada. As operações entre a Companhia e a Mundiart referem-se à compra de mercadorias para revenda no varejo, e são conduzidas dentro do curso normal dos negócios. A Companhia observa os procedimentos internos de governança aplicáveis às transações com partes relacionadas, assegurando a transparência e a formalização contratual dessas operações.

11.3 Outras informações relevantes

11.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens acima

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
14/05/2025		14/05/2025	563.673.962,98
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
8.599.452		11.986.164	20.585.616

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
24/09/2008			0,00
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
12.300.000		17.700.000	30.000.000

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2. Emissores estrangeiros devem descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiadas no tocante a:

a. direito a dividendos

b. direito de voto

c. conversibilidade em outra classe ou espécie de ação, indicando:

i. condições

ii. efeitos sobre o capital social

d. direitos no reembolso de capital

e. direito a participação em oferta pública por alienação de controle

f. restrições à circulação

g. condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

h. possibilidade de resgate de ações, indicando:

i. hipóteses de resgate

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

i. hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação

j. hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável

k. outras características relevantes

Não se aplica.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica, pois não existem.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica, pois não existe.

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

As ações da Companhia são negociadas na B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão) em São Paulo, sob os códigos CGRA3 e CGRA4.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não existem negociações em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não ocorreram ofertas públicas nos três últimos exercícios.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais, indicar:

- a.** como os recursos resultantes da oferta foram utilizados
- b.** se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição
- c.** caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica.

12.9 Outras informações relevantes

12.9 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações relevantes, além das citadas.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Renata Grazziotin	Diretor Presidente/Relações com Investidores	Alterado	

13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores**Identificação das pessoas responsáveis pelo conteúdo do formulário**

Eu, Renata Grazziotin, Diretora Presidente e Diretora de Relações com Investidores da Grazziotin S.A., declaro que:

- a.** revi o formulário de referência
- b.** todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20
- c.** as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades

**RENATA
GRAZZIOTIN:58
213139020**

Assinado de forma digital
por RENATA
GRAZZIOTIN:58213139020
Dados: 2025.05.30 15:25:45
-03'00'

RENATA GRAZZIOTIN
Diretora Presidente e Diretora de relações com Investidores

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.